

**CNTE: 30 ANOS DE
PROTAGONISMO
DAS MULHERES**

**FEMINISTAS
ARGENTINAS
VIRAM A MESA**

**MULHERES
ENTRE A PESCA
E A POLUIÇÃO**

**ANO 18 • VOL. 1
N. 18 • EDIÇÃO 2020**

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

A portrait of Nilcéa Freire, a woman with short dark hair, wearing a dark blazer and a pearl necklace. She is looking slightly to the right with a gentle smile. The background is a vibrant red with a geometric pattern of squares and circles.

**NILCÉA
FREIRE**

A eterna ministra das
mulheres deixa legado de
esperança e resistência



Mátria

ANO 18 • VOL. 1 • N. 18 • EDIÇÃO 2020



CAPA Bruno Soares

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA Berenice D'arc
(Secretária de Relações de Gênero da CNTE)
REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação
DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder
JORNALISTA RESPONSÁVEL Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)
EDIÇÃO Beto Cordeiro
REVISÃO Beto Cordeiro
REPORTAGEM Amanda Vieira, Kátia Maia,
Marcionila Teixeira, Ana Paula Silva
FOTOGRAFIA Arquivo Mátria
ILUSTRAÇÕES Bruno Soares
PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Bruno Soares
APOIO Noel Fernandez Martínez
IMPRESSÃO Gráfica Dallas
TIRAGEM 15 mil exemplares



SRTVS, Q. 701, Conjunto D, N.º 100, Bloco B, Salas 404 e 408
Centro Empresarial Brasília, Brasília-DF, CEP: 70340-907
Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 18 (mar. 2020/mar. 2021 – Brasília: CNTE, 2003 – Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106
CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.
Tel.: + 55 (61) 3225.1003
www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/ONTEBRASIL



/ONTE OFICIAL



/ONTEOUTIE

Confira também a versão eletrônica no site: **www.revistamatria.com.br**

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

1

EDITORIAL

CNTE

Coragem de sobra



40

ENCARTE TEÓRICO

OLGAMIR
AMANCIA
FERREIRA DE
PAIVA

EXCLUSÃO
ESCOLAR OU
PROCESSOS
EXCLUDENTES
DA ESCOLA: uma
releitura da inserção
subordinada ao
sistema educacional

REPORTAGENS

HOMENAGEM

NILCÉA FREIRE, PRESENTE! 2

ESPECIAL MULHERES CNTE

LUTA: SUBSTANTIVO FEMININO 6

POLÍTICA

POR MAIS MULHERES E MENOS LARANJAS NAS ELEIÇÕES 12

MEIO AMBIENTE

MULHERES RIBEIRINHAS: ENTRE A PESCA E A POLUIÇÃO 20

VIOLÊNCIA

"SE AMASSE, NÃO TE MATARIA" 28

INTERNACIONAL

LIBERTADORAS DA AMÉRICA 46

MERCADO DE TRABALHO

A NOVA ONDA DA PRECARIZAÇÃO 50

JUVENTUDE

A JOVEM GUARDA DO PLANETA 54

INCLUSÃO

PROFESSORAS INDÍGENAS –
UMA LIÇÃO PARA ALÉM DAS SALAS DE AULA 58

DIVERSIDADE

ORGULHO CONTRA O PRECONCEITO 60

62

GIRO

63

INTERAGINDO

64

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

ARTICULISTAS



18

DENISE CARREIRA
FUNDEB EM DISPUTA: a
importância do novo fundo
para a educação escolar
indígena, quilombola e
para os territórios de alta
vulnerabilidade



26

BENILDA BRITO
Racismo Ambiental —
O que está além dos
Rios de Lama em MG



38

**APARECIDA
GONÇALVES**
A violência contra as
mulheres e a escalada
do retrocesso e ódio no
Brasil.

Coragem de sobra

O ano de 2019 terminou levando com ele uma das maiores defensoras da causa feminina de nosso país. Nilcéa Freire, a eterna ministra da Mulher, que tantas vezes participou das edições de *Mátria*, agora estampa a capa da revista. É nossa forma de homenagear a guerreira símbolo da luta pelos nossos direitos, pela igualdade de gêneros e pela criminalização de qualquer tipo de violência contra a mulher.

No ano passado, vimos a violência contra a mulher, no Brasil, registrar índices alarmantes de agressões e assassinatos. Além disso, alcançam a triste marca de quinto maior índice de feminicídio do planeta, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. A ex-secretaria nacional de políticas para as mulheres, Cida Gonçalves, em um artigo contundente, analisa a escalada de violência e ódio no país.

Em compensação, também vimos mulheres corajosas saírem literalmente da lama – na tragédia de Brumadinho – e retirar forças para seguir vivendo e lutando pelos seus direitos. Essas mulheres se reinventaram, se uniram e contaram um pouco de suas trajetórias para a Revista *Mátria*, numa matéria recheada de histórias de superação. No artigo de Benilda Brito você conhecerá o racismo ambiental por trás dessas tragédias.

Você vai ler ainda, nas páginas de *Mátria*, histórias de mulheres que lutam contra o lixo, a poluição e o descaso dos governos, para tirar o sustento de suas famílias das águas do mar e dos manguezais. Vai ler também sobre a luta das Mães de Maio, que buscam justiça pela morte de seus filhos, em 2006, na chacina protagonizada pela polícia paulista, que matou mais de 500 pessoas.

E para provar que consciência não tem idade, *Mátria* celebra o protagonismo de jovens, como a ativista ambiental sueca, Greta Thunberg e as brasileiras Nayara Almeida e Catarina Lorenzo, responsáveis por diversas movimentações em protesto contra o posicionamento dos governos em relação às mudanças climáticas.

Consciência também é o que pedem nossas representantes no seletor e, infelizmente, ainda pequeno grupo de mulheres na política, neste ano de eleições municipais pelo país. Elas fazem uma análise do cenário político nacional e da luta por uma educação de qualidade. Nesse cenário, a educadora popular, Denise Carrera, analisa os desafios de um FUNDEB permanente e inclusivo.

No encarte teórico, a professora Dra. Olgamir Amancia analisa como as políticas educacionais da presidência do país podem “excluir” as pessoas do acesso ao conhecimento.

Mátria ainda comemora os 30 anos da CNTE que, em 1996, formou a maior rede feminina sindical do país. E também mostra a participação decisiva dos movimentos feministas nos rumos da política da América Latina; a luta de nossas professoras indígenas por uma educação mais inclusiva; e também entra com orgulho na luta da comunidade LGBTQI+, por mais respeito e menos preconceito, como pede o movimento *Mães pela Diversidade*. Tudo isso e muito mais, nas páginas que se seguem.

Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE

Nilcéa Freire, presente!



Foto: Renato Araújo / Agência Brasil - ABr

A ex-ministra deixou um legado de lutas pelos direitos das mulheres

O Brasil perdeu, em 2019, uma de suas principais lideranças e referência na luta pelos direitos das mulheres, pela igualdade de gênero e pelo combate à violência contra a mulher. Nilcéa Freire, que foi ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, morreu em 28 de dezembro, perdendo a última de suas lutas. Mas, desta vez, contra um inimigo muito mais poderoso e implacável: o câncer.

Nilcéa Freire era médica, professora e pesquisadora. Foi reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), no governo Lula, uma Secretaria diretamente vinculada à Presidência da República, criada em 2003, especialmente para promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação.

A busca por igualdade de gênero foi uma das bandeiras fortemente defendidas por Nilcéa. Ela, que fez da causa e da defesa das mulheres a sua luta, representou conquistas importantes. Defendia que o governo utilizasse fórmulas criativas

de atendimento às necessidades da mulher brasileira.

Nasceu no Rio de Janeiro, no dia 14 de setembro de 1952, quando a cidade maravilhosa ainda era a capital do Brasil. Filha de Moacyr Freire e de Yolanda da Silva Freire, Nilcéa cursou medicina na UERJ e, no mesmo ano em que entrou para a faculdade, ingressou também no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que à época atuava na ilegalidade.

Chegou a morar no México, onde viveu de 1975 a 1977, devido às ameaças que sofria dos órgãos de repressão, por causa de sua atuação contra a ditadura militar. Ao retornar para o Brasil, participou dos movimentos pela redemocratização do país e formou-se em 1978. Em 1989, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT).

“Nilcéa era uma liderança que colocou em prática os nossos sonhos, utopias e transformou em políticas públicas as principais reivindicações das mulheres, da sociedade civil organizada e do movimento feminista”, lembra a professora Odisseia Carvalho, diretora Executiva Adjunta da CNTE. Em 2009, ela trabalhou com Nilcéa Freire na assessoria especial da SPM.

Para Odisseia, a eterna ministra das mulheres deixa o legado da esperança, da capacidade de resistir e de sonhar. “Uma mulher que viveu intensamente tudo em sua vida, buscou enfrentar os desafios da sociedade machista, em que vivemos, e transformou em políticas públicas na busca da igualdade entre homens e mulheres, respeitando as diferenças”, comentou.

Em nota, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) destacou que a luta de Nilcéa Freire por igualdade social também teve seu ônus: “Quando mais jovem, Nilcéa chegou a ser ameaçada por órgãos de repressão, no decorrer da Ditadura Militar, e viveu exilada no México, entre 1975 e 1977. Ao retornar às terras brasileiras, não regrediu: a pesquisadora se engajou em movimentos pela redemocratização”, declarou em nota a universidade.

O Partido dos Trabalhadores, também em nota, definiu: “Mulher de luta pela vida até o fim, Nilcéa Freire deixa uma lacuna na militância feminista brasileira. Deixa plantadas as sementes daquilo que lutamos para ver florescer. Nilcéa Freire, Presente!”, homenageou o PT.

2004

O ano foi estipulado por lei como o Ano Nacional da Mulher. Nilcéa Freire garantiu que a lei não ficasse somente no papel. E não ficou! A mobilização feminina ganhou força e alcançou um lugar de destaque no Governo Federal e na política de todo o país. Isso significa dizer que, pela primeira vez, a luta das mulheres brasileiras encontrou respaldo e vontade política para ser debatida na sociedade e nas esferas governamentais. Como secretária das mulheres, Nilcéa esteve à frente desse processo.

“Este é o ano da mulher e a conferência vai ser um marco na história do movimento feminista”, declarou Nilcéa à época. “Vamos aprofundar a discussão de nossos temas diretrizes para o nosso trabalho nos próximos anos”, comemorava a secretária. Naquele ano, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM). No evento, foi lançado o Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM). Desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o documento definiu políticas e ações para a promoção da igualdade de gênero a partir de diretrizes debatidas na Conferência.

Com 198 ações que visavam atender às necessidades práticas e estratégicas do dia a dia das mulheres, Nilcéa definiu o PNPM como “um desafio, que precisa do apoio e do comprometimento de diferentes esferas dos governos estadual, municipal e distrital”.

2005 e 2006

Para Nilcéa Freire, o status de ministério da Secretaria das Mulheres inaugurou um momento novo na história do país, e sua existência já apresentava reflexos positivos na formulação, coordenação e articulação de políticas direcionadas às mulheres. Em entrevista à Mátia, ela falou do PNPM, do trabalho de sua secretaria e do que ainda precisava ser feito para promover a igualdade de gêneros.

“Gostaria que a sociedade pensasse no plano solidariamente. Ou seja, pensasse que ele se dirige às mulheres, mas que é a sociedade como um todo que se beneficia”, disse a ministra. “Pensasse também que quaisquer iniciativas de quaisquer governos só terão sucesso se a sociedade cumprir o seu papel, seja de controle social, de vigilância ou de crítica”, completou.

2007

A II CNPM, aconteceu em Brasília e o evento transformou a cidade na Capital da mulher. “Avançamos muito na implementação do plano, mas avançamos mais nas ações que dependiam do Governo Federal”, afirmou Nilcéa. Segundo ela, os avanços ocorreram em áreas como igualdade, oportunidades, cidadania, aumento da autonomia econômica, aumento do crédito para trabalhadoras rurais, programa pró-igualdade de gêneros e política nacional de direitos sociais e reprodutivos.

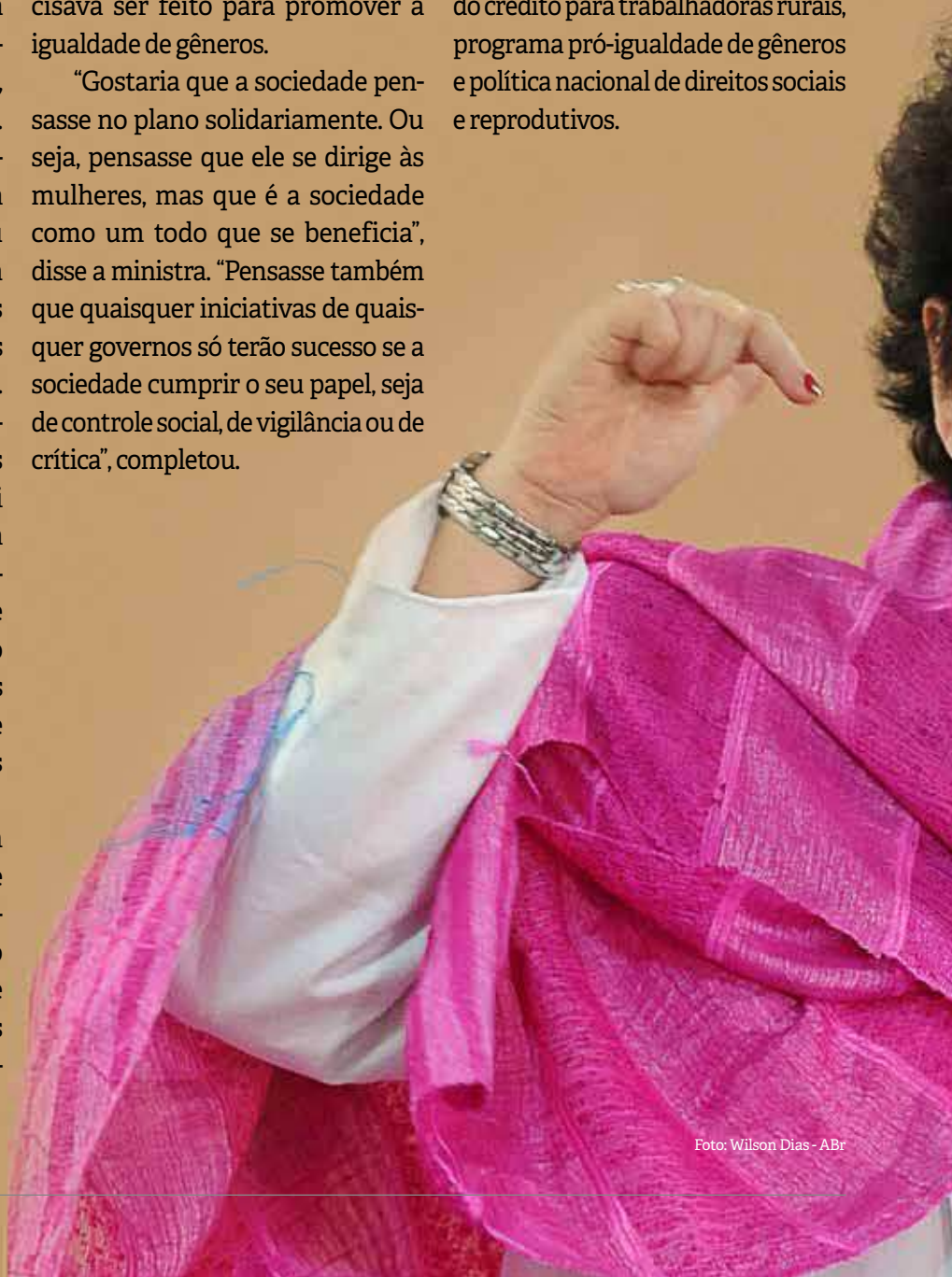


Foto: Wilson Dias - ABr



2008

A Lei Maria da Penha completava um ano da promulgação e os números falavam por si sobre sua eficácia. Segundo Nilcéa Freire, a lei foi vitoriosa porque, num país onde as leis podem pegar ou não, essa, no entendimento da ministra “pegou”.

2009

Num ano em que muito se falou sobre a violência contra as mulheres, Nilcéa lembrou o caso Eloá, assassinada pelo namorado, depois que a polícia resolveu invadir o cárcere privado dela. Para a ministra: “A jovem morreu por ser mulher e por ser vítima de uma relação de desigualdade, baseada em uma cultura machista e patriarcal”.

A ministra das mulheres também declarou em *Mátria*: “Ainda há muitos desafios no campo da violência contra a mulher. Por isso, nós decidimos dialogar diretamente com os homens. A sociedade precisa entender que a violência contra a mulher não é um problema das mulheres”.

2010

Em entrevista à Revista *Mátria*, a Ministra da Secretaria Especial das Mulheres avaliou a Lei Maria da Penha que, para ela, já fazia parte da cultura do brasileiro, sim. “Mas a cultura machista, que autoriza culturalmente a violência doméstica, infelizmente ainda existe. É por isso que, apesar de todas as conquistas e avanços que obtivemos, ainda há muito a ser feito”, sentenciou Nilcéa Freire.

A ministra em *Mátria*

Entre 2004 e 2010, Nilcéa Freire foi presença constante nas edições da Revista *Mátria*. Nestas páginas, separamos trechos de entrevistas, matérias e pensamentos da ministra, símbolo de luta pelos direitos das mulheres, declarados à Revista, que refletem a importância de Nilcéa na defesa de temas fundamentais para as mulheres e para uma sociedade mais igualitária.



Fotos: Jordana Mercado e Shutterstock



Luta: substantivo feminino

Aos 30 anos, a CNTE, comemora as lideranças sindicais femininas e a luta das mulheres brasileiras por direitos e participação política



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) foi criada em 1990, mas a história de luta das mulheres na educação começou 30 anos antes, em 1960, com a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), com forte presença feminina na base e na diretoria, uma situação bastante diferente da maioria dos sindicatos. “No processo histórico, as mulheres já começaram ocupando todos os espaços. Na CPPB, eu lembro da Tereza Noronha (presidente de 1972 a 1978) mas, na medida em que a entidade foi incorporando as outras etapas de escolaridade, em que os homens têm mais espaço (ensino médio e funcionários), as direções também se transformaram em figuras masculinas”, explica a professora Juçara Dutra Vieira, que presidiu a CNTE de 2002 a 2008.

Ela lembra que, para chegar ao cargo de presidente da entidade, encontrou barreiras semelhantes ao que acontece com todas as mulheres: “Ingressei como secretária de assuntos educacionais e iniciei uma política editorial na CNTE. Na sequência, fui

secretária de relações internacionais e começamos a ter maior visibilidade; formamos uma dupla ativa com o Carlos Abicalil (então presidente); depois fui vice-presidente e, em seguida, presidente”, enumera Juçara, que pergunta: “Poderia chegar a presidência se eu não tivesse feito um percurso interno dentro da CNTE?”. A professora vai mais além: “Quando o Carlos era presidente, só tinha sido secretário de assuntos internacionais. As mulheres precisam, primeiro, demonstrar que são capazes para depois conseguir conquistar posições mais elevadas”.

Mas as mulheres sempre estiveram presentes nas diretorias da CNTE. A professora Lujan Maria Bacelar de Miranda foi secretária da mulher trabalhadora, secretária de aposentados e de políticas sociais, na década de 1990, e recorda: “Em 1996, a CNTE formava a maior rede feminina sindical do país, com 86,89% de mulheres na categoria, e avançamos em muitas questões ligadas à formação das mulheres”. Veja a seguir os principais marcos desse período.



Após a realização do Primeiro Seminário de Mulheres Trabalhadoras em Educação, em 1992, foi criada a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CNTE.

Em 1995, A CNTE participou da Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95, realizada no Rio de Janeiro (RJ), que reuniu mais de 700 mulheres de todas as regiões do país e aprovou a Declaração Política das mulheres brasileiras na luta por políticas sociais que superem as desigualdades. O documento foi encaminhado para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, em Beijing (China), que teve a participação de 41 mil mulheres representando 184 países e, dentro outros avanços, reconheceu o valor do trabalho não remunerado da mulher, buscando medir sua contribuição na economia, além de estabelecer diversas medidas para acabar com as discriminações de gênero e raça.

O Seminário Nacional da Mulher, realizado em 1996, debateu a influência dos processos de globalização econômica sobre as mulheres, relações de gênero e ações afirmativas; e organização e participação política das trabalhadoras em educação.

Em 1996, A CNTE participou do Curso "Mulher e Sociedade", em Cuba. Ministrado pelo Centro de Capacitação da Mulher "Fé Del Valle", vinculado à Federação de Mulheres Cubanas, o evento abordou o movimento feminista latino-americano e suas principais organizações; concepção de gênero e sua importância; contribuições das mulheres cubanas na consolidação das mulheres, a economia em Cuba e o sistema educacional. A Confederação elaborou uma edição especial dos cadernos de educação (Ano II, nº4, janeiro 1997) com o tema "Mulheres, construindo novas relações sociais e de gênero", que compartilhou dados sobre o curso.

A CNTE participou do Seminário sub-regional da Internacional da Educação "Mulheres Trabalhadoras em Educação", em Montevideu (Uruguai), em 1996, que preparou um plano de ação para promover e reforçar a participação de mulheres, numa perspectiva de gênero, nas organizações sindicais.

Os Cadernos da Educação "Antirracismo: uma ação necessária", lançado em 1997, foi o primeiro caderno

sobre a questão racial criado pela CNTE, como deliberação do coletivo Dalvani Lélis (criado em 1995), no I Encontro Nacional de Trabalhadores em Educação Antirracismo da CNTE. A publicação é assinada pela então secretária de políticas sociais da CNTE, Lujan Maria Bacelar de Miranda e pelo secretário-adjunto, Reinaldo Paschoa Bicudo.

A professora Raquel Guisoni é ativista da União Brasileira de Mulheres, tendo ocupado os cargos de secretária da mulher e de vice-presidente da CNTE, nos anos 2000. Para ela, um dos marcos desse período foi a criação da **Revista Matria**, em 2003: "A Matria foi uma sugestão minha que teve muito apoio da presidente Juçara. A CNTE produzia conteúdo sobre as mulheres, mas não tinha uma forma estruturada com o aprofundamento de uma revista que, pela minha experiência, seria algo mais marcante e mais

profundo que alguns materiais que eram feitos", relata

Na avaliação de Raquel, a **Revista Matria** foi um dos instrumentos mais importantes para levar debates sobre a mulher para a sala de aula e incentivar as mulheres a se candidatar a cargos políticos: "A atual governadora Fátima Bezerra era membro da CNTE pela entidade do Rio Grande do Norte. Se você fizer um levantamento, vai encontrar mais pessoas que foram candidatas e que faziam parte da CNTE".



Foto: Arquivo CNTE



Foto: Arquivo CNTE



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Jordana Mercado

Encontro de Mulheres Educadoras promovido pela CNTE e Contee, em 2016, abordou a luta em defesa da democracia e a participação feminina na política

destaca que essa participação política também se multiplicou nos sindicatos filiados: “Na minha gestão, a gente começa a incentivar que as funcionárias de educação possam participar dos movimentos de mulheres, conselhos e conferências. Juntamente a isso, estimulamos que os sindicatos também dessem mais visibilidade às secretarias de mulheres, que estivessem mais presentes do ponto de vista financeiro e isso aconteceu em alguns sindicatos”.

Políticas públicas para mulheres

“Nós lutamos muito contra a violência de gênero que as mulheres sofriam. Tanto que a Lei Maria da Penha teve muita participação dos membros da direção da CNTE. Eu mesma participava”, explica Raquel Guisoni. “À medida que eu participei do conselho nacional, a gente trabalhou muito dentro das escolas”, completa a professora.

A participação nos diversos conselhos também foi lembrada pela professora Odisseia Carvalho, que foi Secretária de Relações de Gênero da CNTE, de 2005 a 2008, e atualmente é diretora adjunta da Confederação. “Fazendo parte do Conselho Nacional de Educação, a CNTE foi responsável pela elaboração do PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres). O plano foi lançado em dezembro de 2004 e teve suas diretrizes definidas a

Foto: Jordana Mercado



partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas, com o objetivo de atender às necessidades práticas e estratégicas do dia a dia das mulheres, inclusive no que se refere ao debate, nas escolas, sobre a igualdade de gêneros, com a participação de várias profissionais da Educação”, destacou Odisseia.

A professora Isis Tavares, que foi secretária de gênero da CNTE, de 2011 a 2019, e é atual secretária executiva,

Desafios para os próximos anos

“No final do ano realizamos a reunião do coletivo de mulheres da CNTE onde avaliamos que é fundamental a nossa participação na Conferência de Mulheres, que está ameaçada de não acontecer”, relata a secretária de Relações de Gênero da CNTE, Berenice D'arc Jacinto. Segundo ela, o coletivo destacou como os principais desafios para



Foto: ARenato Alves

2020 atingir a paridade, que apesar da representação majoritária na base, não chega às direções, e criar Coletivos de Mulheres nas entidades onde eles não existem.

Foto: Arquivo CNTE



Na visão de Juçara Vieira, os homens precisam ser convencidos de que é bom para as mulheres e para os homens partilhar o poder: “Ainda é uma luta constante, há muita sensibilidade em perceber isso. Mas é uma luta permanente. Você não abre mão de querer mandar espontaneamente”. Ela observa que, quando se tem um congresso da CNTE, muitos homens comparecem, mas não é a mesma proporção da base: “Porque o congresso é uma disputa de poder no sentido de uma disputa de teses, de projetos, de candidaturas. Então, isso é permanente”.

“Estou cada vez mais convicta que se nós queremos conseguir avanços concretos, para a sociedade, para a população negra, LGBT, para acabar com a desigualdade social, temos que ter uma perspectiva que vá além da próxima eleição”, explica Lujan Miranda. “Tenho dito o seguinte: eleições são importantes, mas eleições não resolvem problemas estruturais do país”, sintetiza

a professora. Para ela, a revolução brasileira passa por pautar, na sociedade, a questão da dívida pública, do endividamento público e como a dívida tem sido utilizada como instrumento de controle e dominação.

Na avaliação de Raquel Guisoni, os desafios para as mulheres continuam os mesmos, mas a maior ênfase, nesse momento, é pela democracia: “Sem liberdade democrática, a luta das mulheres fica mais difícil. Fora isso, eu acho que outra questão importante é a pluralidade, não ficar só uma entidade ou só uma corrente, mas a gente procurar envolver inclusive setores que não da esquerda para participar da luta”, argumenta a professora. “Acho que a saúde das mulheres é importante e a defesa do SUS é fundamental, e ter verbas para a educação”.

Era uma vez... Uma visão inferior das mulheres

Para Odisseia Carvalho a categoria dos educadores é majoritariamente de mulheres, portanto deve-se refletir sobre seu papel e espaço na sociedade: “Não podemos permitir que a visão de inferioridade das mulheres continue a ser vista com naturalidade, onde a família é apresentada sem conflitos, com papéis demarcados: o pai é o que trabalha e traz o dinheiro para casa, a mãe é a rainha do lar e a empregada geralmente é negra, pobre e feliz. Isso simula uma sociedade harmônica, o que prova que a escola não é neutra. Ela está vinculada a um modelo de sociedade cujo sistema econômico e político é excludente”, desabafa a



Foto: Arquivo pessoal

professora. “Quando contamos uma fábula, ensinamos e aprendemos os valores que estão nela contidos. E as mulheres? Quais espaços sociais foram dados a elas ao longo da história? Por que as mulheres geralmente não aparecem nos livros como pessoas importantes?”, pergunta. Na avaliação de Odisseia, é necessário garantir a escolha de livros didáticos que não sejam discriminatórios, mas que resgatem a história de luta e coragem das mulheres: “Hoje, quando discutimos a respeito da violência sobre as mulheres, somos tentados a pensar na violência física e individualizada, nas mulheres, por exemplo, que apanham e são humilhadas. Mas a violência que chega pela mídia, e principalmente pelos livros didáticos, é muito mais cruel, pois constrói, socialmente, uma imagem negativa da mulher no imaginário. Precisamos reagir, conscientizar e resistir”.



Foto: Arquivo CNTE

Participação da CNTE no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

“O abalo começou com o governo Temer. O CNDM começou a ser descaracterizado ali. Hoje, o que a gente vê, no governo Bolsonaro, é a redução drástica no orçamento e propaganda da família”, relata Isis Tavares Neves, representante da CNTE no Conselho.

Na avaliação de Isis, o papel da CNTE e das organizações mais progressistas, que estão no CNDM, é o de ocupar e fazer a resistência propositiva: “Nós cobramos continuidade de programas que já existiam nos governos Lula e Dilma, ouvimos e dialogamos. Se a gente simplesmente abandonar, é capaz de o governo dizer que nós abdicamos. Então, a gente precisa fazer a diferença, mesmo que não sejamos ouvidos – as reuniões são gravadas”.

A seguir, a representante da União Brasileira de Mulheres no CNDM, Vanja Andréa Santos, fala sobre o Conselho e a luta para aprovar políticas públicas para mulheres, no atual governo, em entrevista exclusiva para a **Revista Mátria**.

Revista Mátria: No governo Bolsonaro, como ficou a organização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)?

Vanja Santos: O CNDM vem perdendo o papel de conselho consultivo e de monitoramento das políticas públicas. Vive a realidade da desestruturação da participação social imposta por esse governo aos conselhos e comitês, principalmente aos ligados ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. O CNDM segue em ritmo descompassado, sem emitir sequer opiniões acerca de temas relevantes como o crescimento aviltante do feminicídio, por exemplo.

RM: Qual a visão da ministra Damares sobre o CNDM?

VS: Ela cumpre um projeto de governo ultraconservador. Suas falas folclóricas, conservadoras e machistas têm sido alvo de muitas críticas dos movimentos sociais, principalmente o de mulheres. Algumas de suas declarações têm motivado pedidos de esclarecimentos, por parte das conselheiras que buscam, por intermédio da Secretaria Especial da Mulher (que preside o CNDM), apoio para cobrar posições e ações que qualifiquem sua pasta. Mas tem sido em vão. A SEPM teve três mudanças de comando, em 2019, e a cada uma o distanciamento com o CNDM se acentua.

RM: Quais são os atuais conflitos em relação ao governo?

VS: O governo tem trabalhado uma agenda negativa em relação às mulheres. Temos visto retrocessos que tendem a se agravar quando a

política do governo é de retirada de direitos dos trabalhadores, e sabemos que os impactos maiores são sofridos pelas mulheres. As palavras gênero e feminismo têm sido distorcidas e existem ações no sentido de retirá-las de circulação, principalmente nas escolas. A política de gênero é uma política em extinção.

RM: Como os membros do CNDM estão fazendo a resistência?

VS: Acreditamos que os espaços de conselhos devam ser valorizados e a insistência para que cumpram seu papel tem que ser contínua. No fim de 2020, deverá acontecer a 5ª CNPM. Entendemos que a resistência é fundamental para o enfrentamento a esse governo e ao desmonte de direitos. A organização e sobretudo a unidade são fundamentais para fazer as mudanças necessárias. Avançando como vendaval, que venham as mulheres! Como canta Elza Soares “Minha voz uso para dizer o que se cala, o meu país é meu lugar de fala!”



Foto: Arquivo pessoal

Por mais mulheres e menos laranjas nas eleições

Mulheres que já ocupam cargos no Legislativo falam sobre as próximas eleições municipais no País e sua agenda de lutas para 2020



Ilustração: Shutterstock



“Chega de candidaturas laranjas, queremos mulheres reais, que participem da luta, que tenham bandeiras e que possam usufruir desse direito que foi conquistado, com muita luta, no Parlamento brasileiro”, conclamou a deputada federal **Alice Portugal** (PCdoB-BA) e vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados. Na avaliação dela, o país elegeu o maior percentual de mulheres da história da República, nas últimas eleições:

“Câmara dos Deputados tem hoje 77 deputadas e o Senado Federal, 11 senadoras.”

“A Câmara dos Deputados tem hoje 77 deputadas e o Senado Federal, 11 senadoras. Isso é muito pouco diante do papel da mulher na sociedade brasileira, mas é o maior percentual. Isso aconteceu por causa da garantia de 30% do fundo eleitoral para mulheres. Temos que cobrar, em todos os partidos, o cumprimento desse dispositivo, para que as candidaturas femininas tenham prioridades”.

Fiscalização

Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu cassar o mandato de dois vereadores de Rosário do Sul (RS) – Jalusa Fernandes de Souza (PP) e Afrânio Vasconcelos da Vara (PP) – pela transferência de recursos destinados a campanhas femininas para candidatos homens. Foi a primeira vez que o TSE decretou a perda de cargo por esse tipo de prática.

“Onde tem mais mulheres nos espaços de poder, há mais atenção com o trato da coisa pública. A sociedade brasileira, o Tribunal Superior Eleitoral e o parlamento

vêm adquirindo, cada vez mais, consciência da importância de criar mecanismos de estímulo para a participação da mulher na política”, destaca a deputada **Perpétua Almeida** (PCdoB-AC). Ela avalia que, mesmo num ritmo modesto, há a ampliação da participação feminina: “Nas eleições de 2020, acredito que essa tendência continuará e mais mulheres serão eleitas para prefeituras e câmaras municipais”.

Cenário

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, foram eleitos 4.909 prefeitos e 661 prefeitas. O primeiro grupo corresponde a 88,1% dos gestores, enquanto o segundo, a 11,9% do total. Foi a primeira vez que o número de gestores do sexo feminino diminuiu em relação ao período anterior. De 2001 a 2013, o número de prefeitas atingiu um pouco mais que o dobro, passando de 6% para 12,1%.

A novidade é que, em 2020, as legendas terão que concorrer individualmente na eleição proporcional, isto é, para Câmaras de Vereadores. As alianças na majoritária, para a eleição de prefeito, continuam permitidas. E depois, em 2022, para Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados, o que passa a contar é a votação de cada legenda.

Na avaliação da deputada **Natália Bonavides** (PT-RN), o fim das coligações proporcionais nas eleições foi um passo importante para o fortalecimento da organização partidária: “Defendemos que

candidaturas precisam ter lastro e enraizamento social, expressando um projeto coletivo e não individual. O impacto da mudança tende a ser positivo, principalmente para que a sociedade possa escolher entre projetos e não entre indivíduos”.

Educação

A deputada professora **Rosa Neide** (PT-MT) enumerou alguns enfrentamentos a fazer na Câmara, na área educacional: “Tramitam vários projetos tentando implementar a tal ‘Escola sem Partido’; há a questão da educação domiciliar e os ataques à Paulo Freire e sua condição de Patrono da Educação Nacional. Há também as iniciativas que almejam retirar recursos públicos destinando-os à iniciativa privada”. A deputada Perpétua opina: “Há uma maioria de parlamentares novatos e muitos deles acham que o Estado não tem obrigação de garantir a gratuidade da educação. Esses projetos apostam na terceirização, o que seria um grande atraso para o país”.

Para a deputada Natália Bonavides, o Programa Future-se é um dos projetos que mais ameaça a educação pública: “O programa pavimentou o caminho para a privatização da educação superior, ataca a autonomia universitária, inclui Organizações Sociais e Fundações de Apoio na gestão das Universidades e aponta para a redução progressiva dos investimentos”. Ela acredita que a resistência contra esse projeto de desmonte precisa ser a combinação de luta social, nas ruas, nas escolas e universidades, com muita

mobilização estudantil e dos profissionais da educação. “E também a ação institucional para frear o avanço dos projetos no legislativo”, conclui.

“**Nosso maior desafio será justamente derrotar o Governo para que a educação possa receber mais recursos.**”

A deputada **Luizianne Lins** (PT-CE) acredita que a redução dos recursos destinados à educação, precarização, terceirização e falta de valorização dos professores são projetos que ameaçam a soberania nacional e o projeto de nação brasileira: “Resistir diante de governos ultraconservadores e que flertam com o fascismo, só tem um caminho: manifestações de rua. As reivindicações populares podem garantir a manutenção dos direitos e maiores avanços, bem como podem frear a onda neoliberal, que retira direitos,

trazendo mais desemprego e concentração de capital”.

Fundeb

Com relação à continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Rosa Neide explica que, em 2019, a proposta (PEC 15/2015) tramitou na Câmara e no Senado e inúmeras audiências públicas foram realizadas nas casas e em todo o Brasil: “O relatório está muito avançado e com nível importante de consenso com inúmeras instituições, que lutam no campo da educação, e entre parlamentares. O Ministério da Educação (MEC), do governo Bolsonaro, não demonstrou compromisso efetivo com essa que é a política de maior impacto no financiamento do direito à educação básica no nosso país”. Para a deputada, tornar o Fundeb permanente, com mais recursos da União e como uma expressão do verdadeiro pacto federativo, na forma de um Sistema Nacional de Educação, será o maior desafio para os primeiros meses de 2020.

A deputada Natália Bonavides reforça que o Fundeb é uma das políticas de financiamento mais importantes da educação pública brasileira, e relata que as forças conservadoras no Congresso resistem ao avanço da proposta de Fundeb permanente: “O ministro da educação já afirmou que não tem acordo com a proposta. Nesse sentido, nosso maior desafio será justamente derrotar o Governo para que a educação possa receber mais recursos”.



Perpétua Almeida

“Trabalhamos no Projeto de Lei nº 5250/2019, que reserva uma das vagas do Senado para que seja disputada apenas por mulheres. Além disso, sou uma das relatorias do PL nº 7181/2017, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, inserindo a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Também apresentei o PRC 21/2003, que dispõe sobre a participação feminina nos cargos efetivos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. O fato é que temos que intensificar, cada vez mais, a participação das mulheres nos espaços de decisão e fiscalizar o cumprimento da legislação já existente sobre a garantia desses espaços”.

Alice Portugal

“Atualizamos a Lei Maria da Penha em uma série de itens, um deles no que diz respeito ao afastamento do agressor preventivamente do território domiciliar. Estamos conseguindo ampliar as políticas relacionadas com a criação desta rede de proteção nos estados, com mais delegacias, mais varas do poder judiciário. No final do ano, fizemos uma grande manifestação contra a violência política, contra as fake news, contra assassinatos de mulheres políticas, como Ceci Cunha e Marielle Franco. Quantas mais terão que morrer? Também venho recebendo ameaças por conta do meu posicionamento em relação ao ministro da Educação. Precisamos criar um cinturão protetivo às mulheres que têm coragem de se expor”.



Foto: Arquivo pessoal



Natália Bonavides

“Nesse momento, mulheres já estão se mobilizando para que tenhamos um 8 de março (Dia Internacional da Mulher) histórico. Sobre nossos projetos em defesa dos direitos das mulheres, cito como exemplo o que trata da violência patrimonial (PL 3059/2019). Este tipo de violência se manifesta, por exemplo, quando os parceiros controlam o dinheiro de suas companheiras e destroem seus pertences. Este tipo de violência está previsto na Lei Maria da Penha e deve ser denunciado. Portanto, nosso projeto determina que, nos casos de violência doméstica, não seja aplicado o benefício previsto, hoje, no Código Penal, pelo qual se deixa de punir quem comete crime contra o patrimônio familiar ou da companheira”.

Rosa Neide

“Apresentei o PL 3837/2019, que estabelece que homens em processo de pagamento de pensão alimentícia tenham que se apresentar ao poder judiciário, mensalmente, com o comprovante do pagamento e o PL 3793/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre a existência da Lei Maria da Penha como requisito para expedição do alvará de funcionamento, para estabelecimentos de tratamento de beleza do gênero feminino. Também apresentei o PL 3792/2019, que dispõe sobre a criação de selo de qualidade para empresa que não tenha, dentre os seus administradores, agressores de violência doméstica e familiar, e os Projetos de Lei nº 1944/19 e 1943/19, tratando da realização de campanhas de divulgação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos e a promoção da igualdade entre homens e mulheres. Também apresentei o PL 1659/19, que proíbe pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha de assumir cargos na administração pública, direta e indireta, de todos os poderes e cargos”.

Luizianne Lins

“Um mundo melhor, com mulheres empoderadas, é construído no dia a dia. Portanto, o enfrentamento à violência contra a mulher, o estímulo à denúncia e a punição dos agressores são cruciais para que essa luta avance. Conscientização, solidariedade e companheirismo são valores que podem ajudar na superação do machismo e na redução do feminicídio, em busca de um outro mundo possível, sem exploração e sem agressão. Nossos projetos, na Câmara Federal, são voltados para o enfrentamento à violência contra a mulher, empoderamento das minorias e protagonismo dos jovens, especialmente nas áreas de educação, cultura e direitos humanos”.



Foto: Agência Câmara



Foto: Will Sauser



Denise Carreira

Denise Carreira é educadora popular. Feminista antirracista, é coordenadora institucional da Ação Educativa, relatora nacional de direitos humanos da Plataforma DHESCA-Brasil e professora de política educacional. Foi Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

FUNDEB EM DISPUTA: a importância do novo fundo para a educação escolar indígena, quilombola e para os territórios de alta vulnerabilidade

Em 31 de dezembro deste ano, termina a vigência do atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), principal fonte de financiamento das escolas públicas do país. Em meio às disputas que marcam a tramitação das propostas de emenda constitucional (PEC) no Congresso Nacional – em especial, o travamento da pauta imposto pelo governo federal – cresce o receio de que o novo Fundo e sua regulamentação não sejam aprovados este ano. Isso geraria a desorganização do já precário atendimento educacional em tempos de políticas econômicas de austeridade.

Nesse contexto de ameaça à garantia do direito à educação, o Capítulo Brasil da Rede Internacional Gulmakai do Fundo Malala¹ lançou em novembro, durante semana de mobilização nacional pelo Fundeb promovida pela CNTE, pelo Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e parceiras, em audiência

pública no Senado Federal², a nota técnica “A importância do novo Fundeb para a garantia do direito à educação escolar indígena e quilombola e em territórios de vulnerabilidade social”³. A iniciativa está comprometida em aprimorar a proposta do novo Fundo na perspectiva do enfrentamento do racismo estrutural que caracteriza a realidade brasileira e, em especial, a educação do país.

A nota técnica apresenta informações, análises e propostas a serem consideradas na construção da PEC do novo Fundeb e de sua regulamentação, reconhecendo os acúmulos, os conhecimentos e as experiências decorrentes das lutas históricas dos movimentos indígenas, quilombolas, negros e demais movimentos sociais. Além desse conteúdo, a nota contém depoimentos de meninas quilombolas de Pernambuco e meninas indígenas da Bahia que demonstram a situação precária do

1 O Capítulo Brasil da Rede Internacional Gulmakai do Fundo Malala é constituído por ativistas vinculados a organizações da sociedade civil que foram convidados a integrarem a Rede por Malala Yousafzai, prêmio Nobel da Paz, em sua visita ao Brasil em julho de 2018. O Capítulo é constituído pelos ativistas/organizações: Ana Paula Ferreira de Lima (ANAI), Denise Carreira (Ação Educativa), Rogério Barata (CCLF) e Sylvia Siqueira (Mirim Brasil).

2 Realizada no dia 26 de novembro de 2019, a audiência pública contou com a participação de estudantes e professoras indígenas e quilombolas e representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras do Brasil; da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e da CNTE.

3 A Nota Técnica foi elaborada por Denise Carreira (Ação Educativa), Elizabete Ramos (CCLF) e Salomão Ximenes (UFABC).

atendimento educacional nessas comunidades, as várias faces do racismo e do sexismo e a imensa valorização da educação por parte delas.

No documento, o Capítulo Brasil se manifesta enfaticamente em defesa da retomada das condições de financiamento do Plano Nacional de Educação, destacando: *a construção de um Fundeb com maior participação financeira da União* que garanta as condições de implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi); *a defesa ativa da vinculação constitucional para a educação*; *a revogação da Emenda Constitucional 95/2016*, com seus gigantescos impactos negativos na garantia do direito à educação e de outros direitos sociais.

Financiamento para a superação do racismo

Por séculos, o direito à educação aos povos indígenas e comunidades quilombolas não somente foi negado. A educação foi usada pelo Estado brasileiro para dominar, “civilizar”, integrar e destruir as tradições e culturas dessas populações. Ao longo da história brasileira, indígenas e quilombolas resistiram a esse projeto autoritário, investindo na educação em uma perspectiva emancipadora. Como fruto das lutas dos movimentos sociais indígenas, negros e quilombolas, foram conquistados vários avanços na Constituição Federal de 1988.

Visando efetivar essas conquistas legais e superar a profunda desigualdade que impacta a realidade dos territórios mais vulneráveis do país, em sua maioria, constituídos predominantemente por população negra e indígena, o Capítulo Brasil da Rede Gulmakai apresentou ao Congresso Nacional quatro propostas para o aprimoramento do novo Fundeb.

1- Reconhecer Arranjos de Desenvolvimento da Educação, Consórcios Públicos Intermunicipais e Territórios Etnoeducacionais como instâncias públicas para acesso aos recursos do Fundeb, conforme previsto nas Diretrizes

Curriculares Nacionais de Educação Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012); e no Decreto nº 6.861/2009, que cria os Territórios Etnoeducacionais que asseguram a integridade dos territórios indígenas em colaboração com os diferentes municípios e estados em que se situam.

2 - Corrigir os fatores de ponderação das modalidades educação escolar indígena e quilombola e da educação no campo, equiparando-as e assegurando-lhes uma diferença positiva de pelo menos 50% em relação ao valor aluno-ano de referência, até que sejam compatibilizadas com os custos reais pela implementação do CAQ (CAQ modalidades). Desta forma pretende-se que o novo Fundeb funcione como mecanismo de estímulo à expansão de matrículas e de aprimoramento da qualidade na perspectiva da educação escolar indígena e quilombola e da educação do campo, prevista nas Diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE).

3 - Estabelecer mecanismos complementares de correção de desigualdades intrarredes de ensino e intramunicipios, estipulando recursos adicionais para escolas situadas em territórios de baixo índice de desenvolvimento humano e/ou alta e altíssima vulnerabilidade social, e em territórios indígenas ou quilombolas, ou com significativa matrícula dessas populações, tendo como base a proposta do Adicional CAQ, do estudo sobre Custo Aluno Qualidade Inicial (CARREIRA, PINTO, 2007; CAMPANHIA, 2011).

4 - Fortalecer a transparência e o controle social da aplicação dos recursos por etapas, modalidades de ensino e escolas e considerar como critério para apreciação de contas a implementação da LDB alterada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em toda a educação básica (pública e privada).



Foto: Tarciso Augusto

Mulheres ribeirinhas: entre a pesca e a poluição

O descaso do governo para quem tira o sustento das águas



Na cidade do Recife (PE), existe um bairro cujo nome é bastante peculiar – Brasília Teimosa, que apesar de estar na Zona Sul, o lado mais nobre da capital pernambucana, é formado por casebres de madeira, no estilo palafita, e habitado por famílias de pescadores. Daí o adjetivo “teimosa”, porque todos os esforços do poder público e da especulação imobiliária, para retirar as famílias do local, esbarraram numa teimosa resistência de seus habitantes. Não bastasse a luta pela permanência, seus moradores enfrentam inimigos ainda mais perigosos na luta pela sobrevivência: a poluição e o lixo depositados nas águas, que ameaçam seu mar, seus rios, sua pesca e seu pão.

O sustento das famílias vem da atividade pesqueira desenvolvida pela Colônia de Pescadores Z1. Presidida por Sandra da Silva Lima, e com quase metade do quadro formado por mulheres, a colônia abarca ainda os bairros do Pina e Santo Amaro. Para a dirigente, de 36 anos, a poluição coloca em risco uma atividade que vem sendo desenvolvida a gerações. “Se o meio ambiente sofre, quem sofre é a família do pescador, que não tem outra profissão, só aquela”, sentencia Sandra.

“Muitos passam de pai para filho. Meu pai foi pescador, meu irmão e minha mãe também, e eu também. A gente vê uma cadeia de pai para filho, e quando o meio ambiente é degradado, a gente fica sem saber o que fazer”.

Os efeitos do petróleo despejado no litoral nordestino, por exemplo, foram sentidos por todos os que trabalham com a pesca na região. Mas ainda mais por essas mulheres, a maioria marisqueiras, que fazem a extração e a catação de moluscos (mariscos e sururus), e que não foram beneficiadas com o recurso liberado para amenizar o prejuízo causado pelos dois meses (outubro e novembro) de pesca prejudicada. O valor, repassado em dezembro e janeiro, atendeu apenas a pessoas listadas em um cadastro desatualizado do governo federal.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Agrário de Pernambuco, Dilson Peixoto, sete mil profissionais ficaram de fora, incluindo todas as mulheres. “Até hoje, estamos com contas atrasadas”, desabafa Sandra.

Sem o consumidor, assustado pelos efeitos de consumir um suposto alimento contaminado, o produto empacou nos entrepostos e apodreceu. Quando não era assim, virava refeição obrigatória no café da manhã, no almoço e no jantar das famílias ribeirinhas. Sem comércio de pescados, não havia dinheiro para comprar o pão, o feijão e o arroz de sua subsistência. Aos poucos, a situação foi se normalizando.

Mas o medo da fome voltou feroz, como lembra Edy Rocha, coordenador do Centro Educacional Popular Saber Viver: “Durante a tragédia do óleo, fiquei morrendo de medo. Um lugar com fome, vira um lugar violento. E nossa comunidade já foi chamada de Ilha sem Deus por conta disso”.

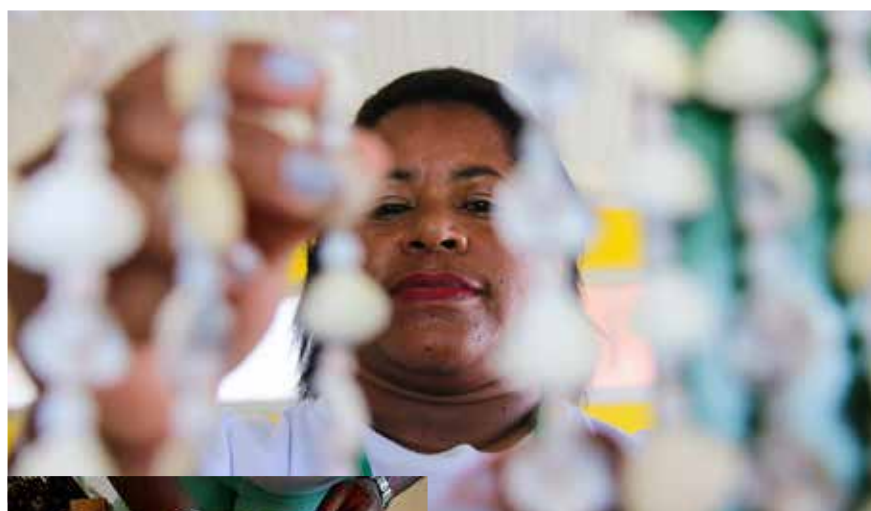
O Centro Educacional Popular Saber Viver é um trabalho social desenvolvido na comunidade Ilha de Deus, na Zona Sul do Recife. No local, 80% das mulheres são marisqueiras, pessoas que chegam a passar 12 horas sentadas catando moluscos. Isso para encher um balde com o sururu ou marisco, vendido por apenas R\$ 7. Sem a ajuda emergencial do município, do estado e do governo federal, a comunidade se uniu para adquirir cestas básicas e matar a própria fome.

O derrame do óleo é apenas a ponta do *iceberg* para uma situação ambiental que já vem desastrosa, há anos, nessas comunidades: o lixo lançado nas águas. Sandra conta que uma das pescadoras contraiu um problema ginecológico grave pelo contato com as águas contaminadas por dejetos vindos de áreas vizinhas, inclusive de shopping centers. “A médica explicou para a moça que ela tinha sido contaminada por uma bactéria no rio”, conta a dirigente.

“Ficamos à mercê da contaminação. Temos que entrar na lama para tirar o marisco e o sururu; tem quem se corte até com seringa”, denuncia. “Há muito descaso da Secretaria de Meio Ambiente. O que temos é lixo no rio e a falta de educação do povo, que joga lixo no rio. A comunidade até faz coleta, mas recebe carga de lixo”, ressalta Edy Rocha. Para ele, uma saída seria o projeto turismo de base comunitária, que recebeu oito mil pessoas entre 2018 e 2019. “Temos nossa gastronomia e até hostel e catamarã na Ilha. Na minha cabeça, isso poderia mostrar ao poder público o potencial



Sem o consumidor — assustado pela possibilidade de contaminação — o produto empacou nos entrepostos



Artesanato com conchas é uma das alternativas de geração de renda para as mulheres

que temos para que nos ajudassem e os pescadores não sofressem tanto. Há muitas mulheres com doenças contraidas na maré”, explica.

Maria Silvana dos Santos, 40 anos, a Mozinho, é uma das marisqueiras da Ilha de Deus e tem buscado alternativas à pesca. Há dois anos, trabalha com artesanato feito com as conchas dos moluscos e também ensina a arte a outras mulheres: “Há dois anos que faço artesanato para ter outra renda”, conclui Mozinho.

Em 2007, a Ilha recebeu obras de reestruturação promovidas pelo governo do estado, mas somente 50% dos serviços ficaram prontos. Edy conta que faltou terminar casas, o Centro de Beneficiamento de Pescados, praças e o principal: os projetos sociais de geração de trabalho e renda. “Não adianta dar casa a quem mora em palafita, onde ele não paga

luz, por exemplo. Com uma casa, a pessoa passa a ter obrigações. Então, o governo tem que trabalhar com projetos sociais para inserção dessas pessoas no mercado de trabalho”.

Para o secretário estadual de Meio Ambiente, José Bertotti, o Brasil nunca tratou adequadamente a oferta de saneamento: “O Nordeste tem a menor cobertura de saneamento do país, fruto do desenvolvimento que não olha a necessidade de cada região. Nossa cobertura em Pernambuco atinge apenas 30% da população e temos clareza da necessidade de ampliar isso”.

“Quem vive da pesca, se não tem saneamento, corre risco de contaminação. Cuidar da água é fundamental para o equilíbrio do meio ambiente, saúde das pessoas e para garantir um insumo básico de atividade econômica, que é a água”, destaca.

Piracanga (BA): comunidade retira quatro toneladas de óleo da praia

Quando fragmentos de petróleo cru começaram a chegar na praia de Piracanga (península de Maraú, localizada a 5 Km de Itacaré), no final de outubro de 2019, a comunidade local criou um grupo de monitoramento em várias frentes. Juliana Faber, ativista ecológica e moradora da comunidade Inkiri Piracanga, lembra que não havia sequer informações para lidar com a crise: “Nós não tínhamos nenhum referencial. O óleo começou a chegar em Pernambuco e ninguém estava preparado para isso, não havia referência

(bibliográfica) para lidar com esse desastre, e no fim essa falta acabou unindo as pessoas, principalmente os moradores locais, além dos que chegavam de Itacaré e de outras regiões para ajudar”.

Para organizar o volume grande de moradores e voluntários para limpar a praia, foram criadas diversas frentes de trabalho. “A maior parte dessas frentes foi liderada por mulheres” explica Juliana, ressaltando o protagonismo delas nessa ação.

Proteção dos manguezais - Uma das principais preocupações da comunidade era que o óleo não entrasse no Rio Piracanga, ecossistema com um mangue que é berçário de inúmeras espécies. Para isso, foi criado um grupo focado para o desenvolvimento de redes de contenção para o óleo, além da montagem de um eco ponto com equipamentos de proteção individuais e demais materiais necessários para a operação de coleta. Além do eco ponto, havia um local para fornecer água e alimentos aos envolvidos na coleta diária e ajudar na logística de voluntários, que vieram de outros locais e precisavam de água, alimentação e transporte. “As redes se mostraram muito eficientes e ainda estamos usando esse material”, relata a ambientalista.

Apoios - O movimento contou com colaborações do Exército, Marinha, Ibama, Greenpeace e do coletivo de Pernambuco Salve Maracáípe. Universidades públicas federais (da Bahia e de Viçosa-MG) foram acionadas para a busca de soluções à biorremediação. “Eles estiveram presentes, mas por pouco tempo. Foi a comunidade que ficou, ao longo de dois meses e até hoje, na limpeza”, explica Juliana.

Conscientização - “Em uma das praias próximas à nossa, mais turística, eu vi pedaços grandes de petróleo na areia e as crianças brincavam ao redor. As autoridades locais em nenhum momento avisaram que as praias poderiam estar impróprias para o banho, para não perderem o dinheiro do turismo”, desabafa Juliana.

Monitoramento - A comunidade Inkiri-Piracanga divulgou um relatório das ações: cerca de quatro toneladas de óleo foram recolhidos ao longo de dois meses. No final de dezembro de 2019, foi detectada a presença de Benzeno e Tolueno, porém dentro do nível permitido para banho de rio e de mar. “Isso significa que para o banho está apropriado, mas não significa que a natureza conseguiu degradar. Ainda estamos envolvidos nesse trabalho de biorremediar essas águas também”.



“ Durante a tragédia do óleo, fiquei morrendo de medo, um lugar com fome, vira um lugar violento. ”

Vidas refeitas no barro

As histórias de duas mulheres que tiveram que reconstruir suas vidas após a tragédia de Brumadinho

Após o rompimento da Barragem da Mina do Córrego Feijão, em 25 de janeiro de 2019, que deixou mais de 250 mortos na cidade de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), duas mulheres, que tiveram suas vidas alteradas, reviradas e desconfiguradas, se reinventam para lutar pelas dezenas de famílias que perderam seus parentes no “mar de lama”: a costureira **Anastácia do Carmo Silva** e a psicóloga **Kenia Paiva Silva Lamounier**.

“Quando recebi os primeiros áudios, eu não acreditei! Eu não tinha noção da área da Vale; eu não tinha noção da barragem. Eu não sabia sequer que a Vale mantinha uma barragem tão primitiva e com todas

as suas instalações abaixo da barragem”, declara Anastácia, 50 anos, que perdeu o filho, Cleiton Luiz Moreira Silva, de 29 anos, mecânico de vulcanização da Vale há quase dois anos e que cursava o sexto período de engenharia mecânica.

A vida de Anastácia e de várias outras esposas, mães e filhas é, desde então, conviver com a dor e o luto da perda do parente. “Eu e o meu filho éramos muito amigos, além de mãe e filho, nós éramos companheiros. Ele era o meu ajudador, o meu companheiro, perdi várias pessoas em uma. É muito difícil, não perdi somente um filho”, explica Anastácia.

Para **Kenia Lamounier**, 52 anos, a dor foi de perder o marido, Adriano Aguiar Lamounier, técnico em planejamento em manutenção elétrica, que trabalhava há 18 anos na Vale. Ela é psicóloga, trabalha na rede municipal de Brumadinho e, assim como Anastácia, faz parte da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho (Avabrum). As duas se reinventam a cada dia para reconstruir a vida delas e de suas famílias. Elas fizeram



Foto: Shutterstock

Foto: Arquivo pessoal

da dor o incentivo para continuar vivendo e lutando pela vida.

Na avaliação da psicóloga, continuar falando a faz seguir em frente. “Eu falo com todos os jornalistas, faço parte dessa Avabrum, vou às CPIs, às homenagens, porque o meu filho não tem mais jeito, mas, às vezes, a minha fala pode evitar que outra mãe venha a passar por isso”, reconforta-se. “Tenho muito trabalho, mas esse acidente, essa tragédia-crime ainda não acabou. A cidade está um caos. Tudo o que acontece desse crime é muito surreal. E a empresa ainda briga na justiça para falar que não foi crime, quando todo mundo sabe que foi”, desabafa Kenia.



Foto: Arquivo pessoal



Benilda Brito

Militante negra lésbica. Pedagoga, Mestre em Gestão Social pela UFBA, coordena o Programa de Direitos Humanos do Odara- Instituto da Mulher Negra, integrante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e do Grupo Assessor da ONU Mulheres.

Racismo Ambiental – O que está além dos Rios de Lama em MG

“(...) O Povo de Santo tem muito a contribuir com a humanidade. Quando lutamos para preservar o espaço do mato, aquele mato não vai servir só para quem é de Candomblé. Quando cuidamos da água, não cuidamos só para quem é de Candomblé. Quando a gente luta pelo ambiente e considerando o ambiente por uma forma muito mais ampla, não somente o ambiente natural mas, as relações, as interações entre as pessoas, a gente está lutando por uma paz no mundo. (...) Racismo e preconceito são problemas ambientais. Por que causam problemas nas interações humanas. (...) como ter paz em uma sociedade racista, injusta, desigual, cheia de preconceitos, homofobia e fome? Isso, para mim, é falar de meio ambiente também.”

Makota Valdina, in *No Jardim das Folhas Sagradas*

A história da luta e resistência do povo negro na Brasil precisa ser mais difundida e conhecida. Porém com verdade. Existe um ditado africano que diz: “Até que os leões, contem a sua história, os contos de caça sempre glorificarão os Caçadores.”

Romper com o epistemicídio é uma tarefa urgente e necessária da Educação, que inclusive está na sua Constituição máxima (LDB), lei 10639/03 e 11.645/10, mas também é papel das instituições e pessoas, inclusive brancas, comprometidas com o combate ao racismo.

Se a maior armadilha do racismo é a negação da nossa identidade, a melhor forma de combate ao racismo é a afirmação da nossa identidade.

Lamentavelmente, o racismo tem várias roupagens e continua reverberando na atual conjuntura. Nunca foram tão explícitas as manifestações de violências públicas de racismo ambiental, religioso, escolar e institucional. A banalização da vida das pessoas negras virou regra.

Por isso, os números do extermínio da juventude negra no Brasil são tão alarmantes e o encarceramento em massa das mulheres negras é cada vez mais crescente. O aumento da miséria, do desemprego e da falta de políticas públicas focalizadas para a comunidade negra no Brasil já se torna um fato consolidado e silenciado, respaldado pelo estado.

Aqui em Minas Gerais, entre outras violências, o Racismo Ambiental salta aos olhos. O crime cometido pela Vale do Rio Doce no Córrego do Feijão, em Brumadinho, completou um ano no último 25 de janeiro.

E a gente fica de cá se perguntando: o que sobrou após a retirada da lama? Quanto custa a Guia de Nanã que sua vó carregou no peito com tanto orgulho a vida inteira, e você herdou após sua morte? Quanto custa a veste do Batismo guardada há 46 anos, da sua filha mais velha, para recordação daquela data? O último sorriso da sua filha tem preço? Qual o valor justo da indenização da mãe que perdeu seu filho e sequer teve a chance de enterrá-lo porque não encontrou o corpo?

A convivência do Estado Mineiro, ao autorizar licenças ambientais à revelia, e a morosidade da Justiça, em punir efetivamente as mineradoras e fiscalizar o cumprimento ou não das condicionantes, só piora este quadro.

Minas Gerais é o estado com o maior número de barragens interditadas — no Brasil são 41 das quais 22 estão em solo mineiro. É um estado rico em minério e diante de tantas violências em nome do dito “desenvolvimento”, as maiores impactadas somos nós mulheres negras. Não por acaso, nos locais de construção dessas barragens estão um número alto de Comunidades Tradicionais e Quilombolas, famílias negras e indígenas com extrema vulnerabilidade social.

Os impactos ambientais passam pela degradação dos Territórios, contaminação e escassez dos recursos hídricos (águas que muitas comunidades necessitam para sobrevivência), da fauna e da flora. Na esfera social, há o aumento da gravidez na adolescência, DSTs/ AIDS, de abortos clandestinos, da prostituição infantil e evasão escolar (principalmente nas meninas), atritos de vínculos afetivos familiares (cooptação de membros das famílias) e incontáveis violações de direitos, entre eles: direito à vida, à informação, à reparação, ao trabalho, dentre tantos outros.

Muitas dessas Mulheres Negras, que sempre assumiram posições de liderança em vários quilombos e comunidades tradicionais, estão cada vez mais ameaçadas pelos defensores do capital. Porém, como é peculiar das mulheres negras a capacidade de criar estratégias de sobrevivência, elas estão cada vez mais articuladas e vêm exercendo uma incidência muito forte, (apesar da dor das perdas), dando visibilidade às violências, fortalecendo Redes de Mulheres Negras e se preparando para a disputa em cargos políticos no próximo pleito.

Os crimes das barragens de Mariana e Brumadinho trouxeram para cena a necessidade de diálogos urgente com as Vazanteiras, as Benzedeadas, as Atingidas por Barragens, as Colhedoras de Flores, as Geraizeiras, as Canastreiras, as Pescadoras e as Quilombolas, preservando suas identidades e diversidades.

Para Cristiane Faustino, integrante da coordenação colegiada do Instituto Terra-mar, e relatora nacional do direito humano ao meio ambiente da Plataforma Dhesca (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), as principais vítimas do racismo ambiental são as populações pobres e negras, além de indígenas, quilombolas e outros grupos “étnicos e racialmente excluídos dos processos de participação política, e em desvantagem econômica”.

O interesse econômico do Estado de Minas Gerais no licenciamento dos empreendimentos minerários não pode soterrar os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais das comunidades atingidas, das quais as negras são maioria.

Para nós de religião de matriz africana, a Rainha das Águas Doces, Dona dos Rios e Cachoeiras, é Oxum. Orixá que representa sabedoria e poder feminino. Senhora de beleza inigualável, porém bastante estrategista. Ao contemplar-se em seu abebe (espelho), além da sua elegância e charme, observava atentamente os movimentos em suas costas refletidos no espelho.

O que está além dos rios de Lama em Minas Gerais para além do Racismo Ambiental? Eu respondo com a bravura dessas Yalodés (lideranças Negras): Luta, Coragem, Ancestralidade e Identidades que resistem bravamente às violências, denunciando as injustiças e criando, das mais diversas formas, garantia de Bem Viver para a Humanidade.

Obrigada Makota Valdina, o desafio está posto.





“Se amasse, não te mataria”

A alarmante estatística da violência contra as mulheres e o aumento dos casos de feminicídio em todo o país

A frase título dessa matéria foi repetida incansavelmente por Wildiane da Silva Souza Miranda durante o enterro da filha, Gabrielly Miranda, 18 anos, morta em 14 de janeiro de 2020 pelo namorado, Leonardo Pereira. Ele a assassinou com um tiro na cabeça e o crime está entre os quatro que abriram a triste estatística de feminicídio no Distrito Federal, já na primeira quinzena deste ano.

A violência contra a mulher no Brasil, em 2019, registrou índices alarmantes de agressões e assassinatos. Os casos de feminicídios confirmaram a triste realidade de que, neste país, a taxa de mortes de mulheres – pelo simples fato de serem mulheres – é a quinta maior do mundo, com uma média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os dados de feminicídio, no ano passado, ainda não tinham sido consolidados e, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, até agosto, 2.357 mulheres já tinham sido assassinadas com dolo (não necessariamente por feminicídio). E segundo os números do Atlas da Violência 2019 (referente ao ano de 2018), a morte violenta intencional de mulheres no ambiente doméstico cresceu 17% em cinco anos.

Desde a aprovação da lei do Feminicídio, que completa cinco anos agora em 2020, no ano seguinte à tipificação do crime no Código Penal, foram registrados 929 feminicídios no país. Em 2017 e 2018, foram 1.075 e 1.206 casos, respectivamente. A tendência e os fatos, noticiados e divulgados no ano passado, indicam que também houve crescimento em 2019, ano não incluído na análise.



As fotos de modelos de Márcio Freitas retratando a angústia sofrida por mulheres vítimas de abuso são exibidas na Avenida Paulista para protestar contra estupro e violência contra mulheres.

De norte a sul

É só juntar os fatos: em cinco estados brasileiros e no Distrito Federal, os casos de feminicídio registraram alta e, em algumas unidades da Federação, bateram recordes. Como é o caso do Distrito Federal, onde 33 mulheres foram assassinadas, vítimas de feminicídio, entre os meses de janeiro e dezembro de 2019; o maior número de casos desde que a lei que tipifica o feminicídio foi criada, em 2015.

Na Bahia, o aumento foi de 32,9%; no Mato Grosso, houve um crescimento de 5,8% em relação ao mesmo período de 2018, com 34 ocorrências; em Alagoas, entre janeiro e julho, 29 mulheres foram mortas pelo mesmo “motivo”, um crescimento de 45% em relação a todos os casos em 2018, quando 20 casos foram contabilizados.

Em Santa Catarina, 59 mulheres morreram vítimas de feminicídio, no ano de 2019, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP). O número é 40% maior que o registrado no ano anterior, quando 42 mulheres morreram. E, em São Paulo, de janeiro a novembro de 2019, ocorreram 154 feminicídios. O número já ultrapassava os 134 casos registrados em todo o ano de 2018.

Dentro de casa

De pai de santo a jogador de futebol, o leque de agressores de mulheres, no Brasil, foi bem variado em 2019. Mas, um ponto eles tinham em comum: a maioria (58%) era conhecida das vítimas — companheiros, ex-maridos ou familiares. O que dá uma média de seis feminicídios cometidos por conhecidos a cada hora, de acordo com o relatório publicado pelas Nações Unidas.

Diariamente, segundo o Disque-Denúncia 180, são registrados 600 casos de violência doméstica no país. As estatísticas mostram que morrem 13 mulheres por dia, no Brasil, e os crimes têm em comum o fato de terem sido cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas. De acordo com a pesquisadora Giane Silvestre, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), as mulheres estão denunciando mais. “Mas, em contrapartida, o estado precisa garantir que todo o aparato, que cerca o processamento do crime, seja efetivo para que aquela mulher se sinta segura para fazer a denúncia”, adverte.

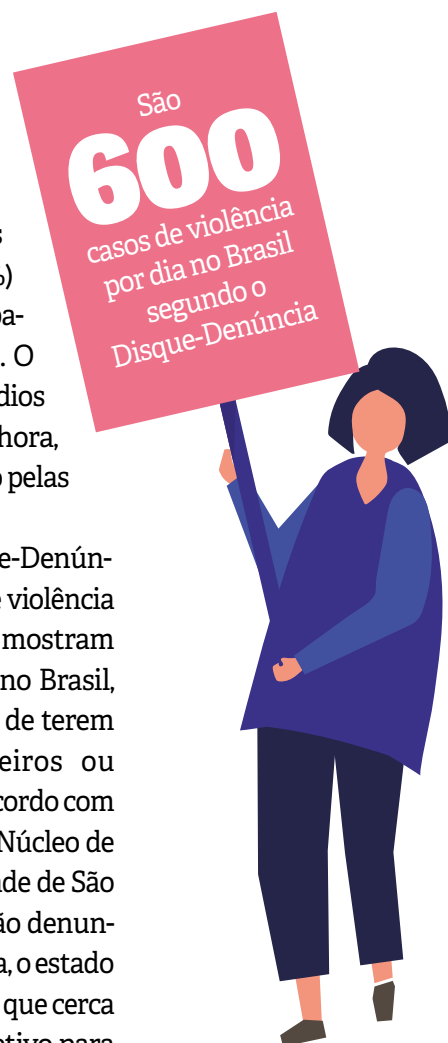




Foto: Shutterstock

“A perspectiva para 2020 não é muito boa, porque estamos vivendo um cenário de pouca efetividade, no que diz respeito às políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher.”

Rede segura

Ela explica que a decisão da denúncia, o início do processo, precisa ser da mulher. O que o estado deve fazer para que o resultado seja mais positivo é providenciar uma rede de acolhimento efetiva, com canais de denúncias e registro, e ambientes acolhedores nas delegacias especializadas.

A realidade é que, de norte a sul do país, as histórias de agressão e morte de mulheres seguem uma trajetória conhecida, e já se repetem 2020 adentro. No primeiro mês deste ano, os casos de feminicídio não deram trégua. No Distrito Federal, na primeira quinzena de janeiro já haviam sido registrados quatro casos — número maior que o ocorrido durante todo o primeiro mês de 2019.

“A perspectiva para 2020 não é muito boa, porque estamos vivendo um cenário de pouca efetividade, no que diz respeito às políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher. O atual governo federal e o atual Ministério da Mulher parecem estar priorizando outras questões e não a questão da violência contra mulher”, avalia Giane. “Infelizmente, sem investimento em políticas de prevenção, em políticas educacionais, em políticas de controle, e de investigação do feminicídio e de crimes de violência contra mulher, dificilmente o país terá um cenário em 2020 que seja melhor que o de 2019”, lamenta.

Legislação

No Brasil, o crime de feminicídio é previsto pela legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, quando o assassinato de uma mulher é cometido por razões da condição de sexo feminino, e envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Apesar de completar, em 2020, cinco anos de vigência, para Giane Silvestre a Lei ainda não pegou. “O feminicídio é um crime de complexidade, relativamente novo, e

as polícias ainda estão, em boa parte do país, se adequando e aprendendo a fazer a investigação”, afirma a pesquisadora.

Ela esclarece que o feminicídio tem características diferentes da investigação do homicídio, que é o crime com o qual as polícias estão mais habituadas a trabalhar. “Isso exige que se inclua uma perspectiva de gênero dentro das investigações, o que não é uma tarefa simples”, ressalta Giane, destacando que ainda é preciso a implantação de políticas mais efetivas. “Porque a lei não fala só em registro. A Lei do feminicídio, mais especialmente a Lei Maria da Penha, fala de toda uma rede de proteção para as mulheres como, por exemplo, a fiscalização das medidas protetivas”, afirma.

Casos de mulheres que são assassinadas depois de denunciarem seus companheiros, e até de conseguirem medidas protetivas, se

repetiram em 2019. Num desses, em maio do ano passado, Jacqueline Pereira dos Santos, 37 anos, foi morta a facadas ao chegar em casa, em Santa Maria, cidade próxima a Brasília: no bolso traseiro da calça dela estavam as medidas protetivas contra o agressor. Ela chegou a registrar, pelo menos, duas ocorrências de violações à Lei Maria da Penha, contra o ex-marido, e a Justiça concedeu duas medidas protetivas em favor da vítima. Segundo informações da Polícia Civil, ele não aceitava o término do relacionamento.

“A gente precisa de mais informações, de canais efetivos para a denúncia ser feita e de fiscalização das medidas protetivas”, adverte Giane. “Os estados precisam tornar as medidas protetivas mais efetivas porque existe a decretação por um juiz, mas muitas vezes a mulher já tinha medida decretada e mesmo assim o

Estados que registram aumento do feminicídio em 2019:

DF – Entre janeiro e 31 de dezembro, **33 mulheres foram assassinadas** em Brasília, vítimas de feminicídio. Trata-se do maior número de casos, no DF, desde que a lei do feminicídio entrou em vigor.

BA – **O número de feminicídios na Bahia cresceu 32,9% no ano**, de acordo com dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública do estado.

SP – Os **casos de feminicídio bateram recorde no estado de São Paulo, com 154 ocorrências** entre janeiro e novembro, de acordo com levantamento com base em boletins de ocorrência da Secretaria Estadual da Segurança Pública.

MT – Entre janeiro e setembro de 2019, foram registrados **36 casos de feminicídio** em Mato Grosso. Um

aumento de 5,8% em relação ao mesmo período de 2018, quando foram contabilizadas 34 mortes. O levantamento é da secretaria de Estado de Segurança Pública.

AL – Entre janeiro e julho, **29 mulheres foram mortas**, em Alagoas, pelo fato de ser mulher. Os feminicídios registrados no período já eram 45% maior que todos os feminicídios reportados pelas autoridades alagoanas no ano anterior, quando 20 casos foram contabilizados.

SC – Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, **59 mulheres morreram**, vítimas de feminicídio, em 2019. O número é 40% maior que o registrado no ano anterior, quando 42 mulheres morreram pelo mesmo crime.

agressor se aproximou. Então, a fiscalização precisa ser uma prioridade das forças policiais, das políticas de Segurança Pública”, completa. A pesquisadora conta que em diversos estados do Brasil as polícias militares já trabalham em rondas (as rondas Maria da Penha), que são voltadas justamente para fazer esse trabalho de fiscalização das medidas protetivas. “Isso já acontece no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, na Bahia e no Amazonas”, salienta.

Para ela, a violência contra a mulher e o feminicídio são fenômenos que têm múltiplas causas e não é possível fazer um enfrentamento sem atacar essas causas. “Então, a gente precisa de ações voltadas à educação. Isso é uma questão de mais longo prazo: educação de gênero nas escolas, voltada à perspectiva de gênero, ao respeito às diferenças, e que rompa com a visão patriarcal da autorização da violência contra mulher. A gente precisa, sim, de práticas educacionais e de políticas públicas preventivas em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher”, afirma.

Cenário atual

A pesquisadora faz ainda um alerta quanto à postura que se vive hoje no Brasil, por conta dos governantes. “As mensagens que os governantes passam têm um efeito em toda uma cadeia, tanto dos agentes do estado quanto da sociedade. As autoridades têm um papel simbólico muito forte em relação às atitudes da sociedade, e se você gera um contexto com uma certa convivência ou negligência, para determinado tipo de crime, o que a gente vê no âmbito do governo federal, por exemplo, de políticas voltadas para a segurança da mulher é nada”, lamenta. A própria ausência das políticas, segundo Giane, sinaliza que esta não é uma prioridade do governo. “Então, se tem todo um apagamento e uma negligência em relação a esse tipo de crime, infelizmente”, conclui.



“Justiça para nós, faveladas, negras e afrodescendentes, não existe”

Débora Silva, uma das fundadoras do movimento “Mães de Maio”, denuncia a violência do estado, defende a reformulação do judiciário brasileiro e segue para os tribunais internacionais em busca de reparação e justiça



Foto: Agência Brasil

O movimento Mães de Maio completa 14 anos em 2020. Fundado após a morte de 564 pessoas, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, em mais de 10 cidades de São Paulo, o grupo de familiares das vítimas dessa chacina busca reparação e justiça. Pesquisadores apontam que a maior parte dos ataques — que ficaram conhecidos como Crimes de Maio — partiu dos agentes de segurança do estado a pretexto de vingar atos violentos da facção Primeiro Comando da Capital (PCC). A Revista *Mátria* conversou com uma das fundadoras do movimento Mães de Maio, Débora Maria Silva, mãe de Edson Rogério da Silva, assassinado aos 29 anos na chacina, deixando um filho, que hoje está com 17 anos. Débora da Silva mora na Baixada Santista, mantém contato com as mães que perderam filhos na chacina há 14 anos, luta nacional e internacionalmente por outras mães que passam pela mesma situação e conta a sua luta numa entrevista exclusiva.

Revista *Mátria* - As mães dos jovens negros, assassinados em 2006 pelo estado, receberam algum tipo de reparação? Qual é a situação das mães hoje?

Débora Silva - O movimento nasce de mulheres e donas de casa, mulheres que tiveram o dom de parir e de criar. Tivemos que arregaçar as mangas e aprender com a dor a lidar com o luto. O estado tem uma prática de genocídio contra a mulher. Nós tivemos de sair em busca dessa justiça que, para nós, faveladas, negras e afrodescendentes, não existe. Tivemos que ser articuladoras, lidar com fuzis apontados para nós, desde o momento que fizemos o enfrentamento. A gente sente a dor no útero e a dor que essa mãe vai passar por esta vida. Algumas ficam, outras não suportam, ficam adoentadas. Eu sobrevivo da luta, procuro estar no meio da militância para respirar, não tenho uma reparação psíquica que é o que nós precisávamos. Fazemos

esse enfrentamento em São Paulo, no país e no mundo. Acabamos vendo várias mães morrendo de depressão, de doenças oportunistas. E fomos pleiteando, pleiteando, até que, em 2010, pedimos a federalização dos crimes, enfrentamos o corporativismo.

RM - Como foi esse processo?

DS - Em 2010 pedimos a federalização, em 2012 saiu a condenação por danos morais por causa do meu filho. Mas eu não queria justiça só para o meu filho — isso é para a gente não continuar seguindo na luta. Em 2012 mesmo saiu a exumação do corpo do meu filho, porque na federalização fizemos um pedido de exumação, na esperança de esclarecer outros crimes também. Então, começamos a fazer palestras em universidades e, em 2016, a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) fez um projeto com a Inglaterra, que conseguiu apoio para a pesquisa sobre os crimes de maio. Desde essa pesquisa, vimos que precisávamos nos infiltrar na academia, entre os pesquisadores da medicina forense. Tivemos dificuldade de encontrar os endereços das outras vítimas. O movimento foi fundamental para tocar essa pesquisa, que foi central para dar entrada num pedido de reparação para todas as famílias, por danos morais coletivo.

RM - Como é essa ação?

DS - Pedimos danos morais para outros familiares, para as mães que já tinham morrido, e encontramos o óbito de dez mães. O que chamou a nossa atenção foi a primeira vítima, a mãe da primeira vítima já estava em processo de olho ressecado, ela não tinha como chorar. Danos morais, porque encontramos outra família em que os irmãos tiveram câncer.

Encontramos famílias inteiras devastadas. Aí fizemos o relatório, apresentamos a pesquisa e deliberamos que precisamos levar para o Ministério Público (MP), para abrir o processo por danos morais. Em 14 de dezembro de 2018, o MP entrou com pedido de reparação econômica

e várias coisas, que foi julgado muito rápido. O Fórum da União negou o pedido, disse que os crimes prescreveram. O relatório foi entregue para a relatora do Brasil, no centro de antropologia forense, ela esteve lá, ela conheceu, levou o relatório, fizemos várias audiências, eles têm respondido pela justiça federal, mas estivemos agora, no final do ano de 2019, conversando com a defensoria, com as mães, para levar a denúncia ao Tribunal de Haia.

RM - Você teve algum tipo de indenização?

DS - A pensão é de um terço do salário mínimo, de pensão vitalícia. Temos recebido danos morais no valor de 300 salários mínimos. As indenizações de classe média alta têm o triplo desse valor. É uma justiça seletiva. A escravidão no nosso país não foi abolida, sofremos com a retaliação. Uma mãe teve morte súbita, morreu do nada, a Vera Lucia dos Santos. Ela era uma das mães que perdeu a filha grávida de nove meses. Nós dávamos conselhos, mas ela ia atrás, ela provocava e xingava, e acabou que eles invadiram a casa dela, e ela foi acusada de ser traficante. Ficou presa por três anos e três meses. Voltou para a luta, mas não resistiu. Tentaram pegar a Ednalva. A Ednalva Santos foi presa, deram flagrante com drogas no bar do marido dela. Colocaram ela como a loira da vila São Jorge. Ganhamos essa causa, o juiz viu, pelo trabalho que estávamos fazendo, que estava tendo retaliação. Deram como prisão arbitrária. Então foi um triunfo, eles pararam de mexer com a gente.

RM - Muitas vezes, há o discurso de que as vítimas eram bandidos, supostos bandidos ou que estariam no lugar errado na hora errada. Como lidar com esse tipo de ataque à reputação das vítimas?

DS - Fomos até a Assembleia Legislativa para que a memória dos nossos filhos virasse lei. O nosso país é um país sem memória, não aceitamos isso. O dia 12 de maio é o dia oficial das mães de maio, no calendário do



Foto: Circuito Fora do Eixo

estado de São Paulo, desde 2012. De 12 a 19 de maio, é a Semana das Pessoas Vítimas de Violência, das vítimas de violência do estado de São Paulo (Lei 15.501/2014). Virou lei municipal em Santos, o prefeito perpetuou. Nós pedimos que a lei tivesse acoplada um memorial, mausoléu e faixa nos quatro cantos da cidade, conscientizando a população do que aconteceu na Baixada Santista. Foi aprovado por unanimidade, é um prefeito negro, que é do PSDB, o partido que autorizou a polícia a sair para matar, na época. Então, isso é um reconhecimento. Depois de todo o sofrimento, precisamos construir a memória; de que houve um massacre, tem que estar nos livros didáticos. Em 2019, lançamos um livro com as memórias dos nossos filhos vivos. Contamos desde a barriga, da gestação, até a morte, porque tínhamos que contar a vida deles e não a morte, porque a morte estava trazendo a morte das mães. Elas relembrando da maternidade, pararam de chorar. Conseguimos produzir o primeiro volume, elas contaram quem eram os filhos delas. Eles morreram como suspeitos, para uma sociedade podre, que aceitou isso, que aceita “bandido bom é bandido morto” — conseguimos lançar esse

esse primeiro volume sai com a tradução em inglês e espanhol, para que as companheiras de fora possam ler.

RM - Na avaliação de vocês, as políticas de segurança pública, do atual governo federal, ajudam ou atrapalham nos índices de violência?

DS - É uma política do ódio, nós já sabíamos que isso ia acontecer, nós avisamos. Na época da presidente Dilma, exigimos a desmilitarização da polícia e das nossas vidas. Com a militarização, homens entram na polícia e saem monstros, pela prática, pelo discurso do inimigo maior: o pobre, o negro. Queremos acabar com essa cultura e já havíamos avisado que o partido de esquerda foi o que mais investiu em armamento e tecnologia para uma copa do mundo. Isso precisa ser desenhado, a gente precisa lavar as cinzas e recomeçar. Houve um golpe partidário, mas ele já tinha acontecido, o próprio partido de esquerda não cobrou a morte dos brasileiros. Hoje, há omissão, há avanço do racismo. O movimento Mães de

Maio não é alienado dos partidos. Qual foi o fracasso da esquerda, que sofreu com o sistema, lutou pela democracia, teve seus mortos e desaparecidos, mas não fez política para impedir que, a cada 23 minutos, um jovem negro seja assassinado? Que aparelhou o sistema político, com a lei antiterrorismo? Que esquerda é essa que queremos? A nossa democracia nunca foi sólida, porque continuamos com uma polícia militarizada. Temos que lavar nossas feridas.

RM - Quais são as principais reivindicações do Mães de Maio para 2020?

DS - Precisamos de uma educação. Para que serve essas pesquisas acadêmicas, se elas não são transformadoras? A academia precisa transformar, reformular o judiciário. Está na mão das mães, espalhamos vários núcleos, temos Mães de Maio do Cerrado, no Goiás. É uma realidade da América Latina e nos EUA também. A cultura do racismo é global.

RM - Como podemos ajudar o movimento Mães de Maio?

DS - Precisamos de uma editora parceira. O nosso livro é uma história de brasileiros: falamos que nossos filhos não eram suspeitos, para as futuras gerações entenderem e estudarem a nossa realidade. A escravidão está sendo reparada na base do fuzil. E a dizimação da pobreza também na base do fuzil. Estamos mostrando filhos que tinham sonhos, um dos meninos passou no time profissional do Santos, secundarista, morreu com mochila nas costas. Menos de 2% dos assassinados tinham passagem na polícia. É um absurdo matarem mais de 500 pessoas e o estado ainda criminalizar as mães! A luta dessas mães precisa ser respeitada, estamos atrás de dignidade humana, precisamos de ajuda sim, é um monte de mãe, nos locomovemos, precisamos de apoio independente, não temos vínculo partidário, nem ajuda do governo de lado algum, somos ingovernáveis. Sobrevivemos de venda de livro, camiseta, palestra e o apoio das universidades.

Foto: Senado Federal





Aparecida Gonçalves

Ex-secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal-2007/2016. Consultora e especialista da Xaraés Consultoria e Projetos.

A violência contra as mulheres e a escalada do retrocesso e ódio no Brasil

O Brasil vive nesses últimos anos uma escalada de retrocessos e conservadorismo em grande escala. Talvez esse contexto sempre tenha existido no subconsciente da população, porém, nunca recebeu a devida seriedade de nossa parte. Foi necessário um golpe na democracia ocorrido com o impeachment da Presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, para que viesse a público a realidade até então velada.

Em meio a esse processo, ficam evidentes todos os preconceitos e discriminações escondidos em piadas, músicas, teatros, novelas etc., disfarçados no velho jargão de que “brasileiro faz piada com tudo”, sendo essa uma forma de posicionamento sem compromisso em declarar sua verdadeira identidade. E assim se perpetuou por muito tempo a imagem de um país avançado, mas, “cheio de graça” em se tratando de piada referente a pobre, negro, homossexuais, portugueses, mulheres, gordos e nordestinos.

Desse modo, o machismo, o racismo e o conservadorismo reacionário foram tolerados, repassados e perpetuados de geração em geração. A chegada do atual governo no poder só autorizou mais abertamente o que já era naturalizado no particular de milhares de pessoas.

Para a socióloga Heleieth Saffioti,

a sociedade só pune a violência cometida por homens contra a mulher quando passa dos limites do exercício da dominação-exploração socialmente aceitos para assegurar a continuidade do caráter androcêntrico da presente ordem de gênero. Isso representa uma autorização do poder constituído para que os homens espanquem sem provocar graves lesões, da mesma forma como podem ter seus desejos sexuais satisfeitos cometendo ameaças, mas não violências, enfim, fazendo-se obedecer sem deixar marcas profundas. **Violência Contra a Mulher e Violência Doméstica**, site we.riseup.net-22/01/2010 às 10h50.

Portanto, a autorização dada pelo machismo e patriarcado na sociedade é avaliada pelos poderes constituídos principalmente o poder central-Governo Federal e o sistema de justiça. Não obstante suas declarações oficiais, ações como a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres, transformando o debate e as conquistas sob os direitos das mulheres em “direito da família”, alterando imediatamente o nome do Ministério, dão lastro à misoginia, ao ódio, ao estupro, ao feminicídio e à violência doméstica e familiar.

Uma sociedade que tolera e concebe qualquer forma de discriminação e violência, institucionaliza seus alvos. No Brasil, os alvos são as mulheres, a população LGBTQI, os negros e os pobres. O país é o 5^a no ranking de assassinatos de mulheres segundo o Mapa da Violência/2015. Os dados apresentados pelos diversos órgãos de pesquisa e órgãos oficiais nos revelam essa dura realidade.

O Atlas da Violência 2019 produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP e IPEA, mostra o quadro atual: são 4.936 mulheres assassinadas em um ano, 13 por dia. Os assassinatos por arma de fogo dentro da residência crescem 28,7% e os fora da residência de 6,2%, das quais 66% das vítimas são mulheres negras.

Os estupros, para além do aumento, têm mostrado novos padrões de comportamentos como os estupros coletivos, aumento em criança com menos de um ano etc. Estudo realizado pelo IPEA com autoria de Daniel Cerqueira, Danilo Santa Cruz Coelho e Helder Ferreira que gerou o Texto para Debates-TDs: “Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução no sistema de saúde 2011 a 2014”, mostra que nesse período os estupros coletivos foram 15,8% dos casos, e que o número de estupros cresce para 25,6% quando os autores são conhecidos, dessas 69,9% das vítimas são crianças e adolescente, 40% dos estupradores são os pais, padrasto, tio, irmão e avô; 10% sofriam algum tipo de deficiência.

O Disque 100, de 2011 a 2017, registrou 203.275 denúncias de violência sexual contra criança e adolescente, das quais 92% são meninas. No mesmo período foram registradas 141.160 notificações no Ministério da Saúde de violência sexual, das quais 85% são meninas. (Dados pesquisados site: ***Childhood pela proteção da infância-24-01-2020 às 15h5***).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Painel de Monitoramento da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, disponibilizado em site (www.cnj.jus.br), mostra

que no ano de 2018 deram entrada no sistema de justiça 507 mil processos da Lei 11.340/2006-Lei Maria da Penha, e que 2018 havia um milhão de ações, que representa um aumento de 100 mil casos em dois anos o que significa 50 mil novos casos ano, 136 processos dia.

A atual crise que assola o país, não é apenas política e econômica, mas também de alteração de valores e comportamentos impulsionados por ações e atitudes do grupo hoje no governo, os quais favorecem os ricos e não a população historicamente excluída.

O efeito para as mulheres é nefasto; tudo que foi construído em políticas públicas para as mulheres nos últimos anos se não acabou está desaparecendo aos poucos. A construção de política de igualdade de gênero se transforma em falso debate entre rosa e azul, concurso de princesa, ou seja, o retorno da mulher ao privado e do homem ao público.

No campo das políticas públicas, sem dotação orçamentária e sem planejamento efetivo de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher e com o aumento da insegurança e do medo, o resultado para as mulheres tem sido o aumento da violência com requintes de crueldade.

A violência contra a mulher tem que ser enfrentada de forma transversal com intersetorialidade nas políticas públicas, com ações fortes e concretas, com governos comprometidos e com prioridade. Isso requer investimento financeiro, político, humano, assegurando o atendimento à mulher em situação de violência, o combate à impunidade na garantia que os agressores sejam responsabilizados por seus atos e uma construção coletiva da sociedade, do governo e das mulheres. A luta permanente por mudança de comportamento por garantia de direitos, resgate de valores humanos e civilizatório precisa estar na ordem do dia. É necessário resgatar o direito de se ter direitos.

“Porque viver sem violência é um direito das mulheres”.

EXCLUSÃO ESCOLAR OU PROCESSOS EXCLUDENTES DA ESCOLA: UMA RELEITURA DA INSERÇÃO SUBORDINADA AO SISTEMA EDUCACIONAL

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo atualizar o debate sobre aspectos relacionados à inserção subordinada empreendida pelo sistema educacional brasileiro, fazendo-o por meio de uma revisita a uma elaboração teórica por mim desenvolvida, no período de 2004-2008, publicada em 2012. Nesta perspectiva, busco relacionar as discussões empreendidas naquele momento sobre as principais políticas educacionais colocadas em curso no Brasil, a partir de abril de 2016. Portanto, não objetivo analisar as políticas educacionais, mas fazer uma leitura destas buscando relacionar os pontos de aproximação entre o proposto hoje para a educação e aspectos que caracterizam a trajetória excludente da educação brasileira analisados à época.

A INSERÇÃO SUBORDINADA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Ao refletir sobre as políticas educacionais colocadas em movimento nesta última quadra histórica, particularmente a partir de abril de 2016, com o golpe “forjado por uma farsa parlamentar, judicial” (BRAZ, 2017, p.85), empreendido contra o governo democraticamente eleito de Dilma Rousseff e, mais enfaticamente após a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018, o que mais fortemente tem aparecido em minhas reflexões é a convicção, tendo em vista que na contemporaneidade este conceito basta para explicar os processos¹, que “excluir” as pessoas do acesso ao conhecimento e pautá-las apenas com informações de forma que não compreendem as razões sócio-históricas, econômicas dos fenômenos é uma medida fundamental para o êxito de uma sociedade afastada de práticas democráticas.

Entretanto, diferentemente daquela professada por parte da sociedade, incluindo aí setores do judiciário, a convicção que apresento se sustenta no real concreto, que se evidencia nas contínuas e permanentes mudanças na estrutura organizativa da educação brasileira, pois propostas para a organização, financiamento decorrem de uma concepção de educação que para ser compreendida necessita que se identifique o contexto em que ocorre. Saviani (1999) em seus estudos destaca os aspectos políticos que envolvem a educação, dimensão corroborada nos estudos de Freire, cujas obras enunciam a educação como “ato político”. Ou seja, a “legislação e organização escolar interage no seio da sociedade que as produz”, nesse sentido, “a educação é prática que se realiza em um contexto social que é histórico e que possui dimensões culturais, econômicas e políticas” (PAIVA, 2012, p.82). Por isso, ao apresentar algumas das mais destacadas medidas colocadas em curso no último período procuro contextualizá-las, entendê-las para além do que aparentam. Considerando que as políticas neoliberais estão no centro das formulações políticas contemporâneas, derivo que a redução da presença do Estado na manutenção e desenvolvimento da educação em seus diferentes níveis é parte de um processo orquestrado pelo capital para maximizar os seus lucros e aprofundar as desigualdades e a exclusão social.

Exemplares desta política são iniciativas como a Emenda Constitucional 95, a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o descumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), as alterações nas Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores (DCNFP), assim como o esvaziamento dos espaços de participação social como o Fórum Nacional da Educação (FNE) que implicou na criação, pelas entidades da sociedade civil, do Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE), dentre outras.

1 Convicção da culpa foi a razão suficiente apresentada pelo Ministério Público para condenar o Presidente Luís Inácio Lula da Silva no processo do triplex do Guarujá.

Aspectos dessas medidas serão apresentados sem o intuito de categorizá-las, mas de explicitar os principais pontos de aproximação entre elas e delas com o paradigma neoliberal em curso. As medidas não serão analisadas em separado, de forma fragmentada, ainda que didaticamente, um ou outro aspecto seja utilizado para destacar especificidades.

A Reforma do Ensino Médio que já estava em curso desde o período que antecedeu ao golpe de 2016, guarda estreita sintonia com as demais medidas cujo entrelaçamento se verifica tanto pelo esvaziamento da dimensão econômica por meio de contingenciamento de recursos quanto pela hipertrofia da dimensão ideológica. O esvaziamento econômico se expressa por meio da proposta de Emenda Constitucional - PEC 241 (55), que culminou na Emenda Constitucional 95, denominada Lei do Teto dos Gastos Públicos, cujo centro é o contingenciamento de investimentos em educação e saúde, por 20 anos.

No que diz respeito à educação, a redução e contingenciamento dos investimentos implicou riscos sobre as metas do PNE, cujas estratégias propostas demandam o avanço progressivo nos investimentos. O não cumprimento destas metas sucumbe parte significativa do esforço empreendido na última década para alcançar níveis de qualidade na educação pública nacional, porque não há que se falar em qualidade dissociada dos investimentos em estrutura, em insumos, em valorização dos profissionais.

A perspectiva ideológica, pela subjetividade que carrega, possui nuances que dificultam o seu desvelamento. Criar um certo embotamento sobre os processos explica porque a gestão governamental assumiu como primeiro passo qualificar de “ideológica” as práticas educativas realizadas na educação pública em seus diferentes níveis. Tais argumentos visam justificar a supressão de disciplinas do currículo do ensino médio e acentuar a dualidade da educação por meio da “flexibilidade” dos “itinerários formativos específicos”, cujo desdobramento é a divisão entre concepção e execução, entre trabalho manual e intelectual, na apartação entre formação geral e formação técnica e profissional, com clara distinção entre os destinatários desta proposta. Neste contexto, também se insere a instituição de uma Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) restrita à catalogação de competências e habilidades, alheia à pluralidade e à diversidade da nação brasileira, centrada em processos de controle e avaliação, ancorada em valores meritocráticos que se sobrepõem às diferenças regionais e nacionais e à autonomia da escola e dos profissionais de educação. No rol das medidas governamentais foi proposta, em novembro de 2019, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2019)², a alteração nas diretrizes nacionais para a formação de professores. O texto apresentado descaracteriza a formação docente ao dissociá-la da valorização dos profissionais de educação, ao restringir a autonomia, ao retirar o caráter público da educação, pois nega a importância da gestão democrática e estimula as organizações sociais a assumirem a gestão das instituições de ensino. O caráter gerencialista da educação se expressa ao estabelecer as regras do setor privado como referências basilares para a gestão pública e ao promover o esvaziamento de espaços de participação social. A escola para a cidadania cujas bases foram lançadas pela Constituição Federal de 1988, é colocada em xeque nas diferentes políticas implementadas neste último período.

Os exemplos aqui apresentados não representam a totalidade das ações empreendidas até o momento na política educacional, mas compõem uma amostra significativa e potente, reveladoras do debacle a que está submetida a educação brasileira, especialmente dos processos engendrados para excluir mais e mais as camadas populares do ambiente escolar. Ora, nesse sentido, depreende-se que a escola se movimenta inversamente ao que é a sua finalidade que é o acolhimento para a aprendizagem. Educação, nessa perspectiva não é bem social ou direito universal, mas privilégio.

Entretanto, esse movimento excludente realizado na área educacional não é novo, ao contrário: no Brasil, a educação historicamente foi relegada a um plano secundário das políticas públicas, não por um acaso, mas com a intencionalidade de confirmar o caráter de classe da sociedade, por isso a afirmação feita por Santos e Tavares (2016) ao analisarem a educação superior brasileira de que “as políticas públicas na área de educação predominantes no Brasil, via de regra, aprofundaram o caráter excludente de seu

2 <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2019/124721-texto-referencia->

sistema nacional de educação superior, reproduzindo uma realidade que privilegia as elites e excluía grupos sociais desfavorecidos” certamente pode ser estendida à educação básica em suas diferentes modalidades. Uma marca histórica que acompanha a educação brasileira desde a sua gênese quando manteve alijados deste espaço os indígenas, os negros e as mulheres e que em contextos de parca democracia se acentua.

A exclusão, portanto, marca a trajetória da educação brasileira, seja por negar o acesso à escola, seja por não garantir a permanência daqueles e daquelas que a ela adentram em condições que favoreçam a aprendizagem, a construção do conhecimento. Entretanto, ainda que usualmente utilizado para traduzir fenômenos como os anteriormente apresentados o conceito de exclusão precisa ser melhor explicitado, se o objetivo é sair das convicções e desvelar a realidade, por isso, considero fundamental retomar algumas reflexões que desenvolvi acerca desse fenômeno em minha tese de doutoramento (2009). Mesmo que esta reflexão tenha sido feita para analisar uma outra política pública, pois se referia ao impacto dos programas de transferência de renda sobre a evasão e a repetência em escolas públicas do DF, penso que guardadas as especificidades do objeto em análise, este estudo pode contribuir para a compreensão de fenômenos que se repetem sob a égide do sistema capitalista, que mesmo quando modificam a aparência, se examinados com rigor observa-se que mantêm a essência.

À época (2004-2008)³ a inquietação que me mobilizou foi compreender se de fato poderia utilizar o termo exclusão como o conceito capaz de abarcar o fenômeno da evasão e repetência escolar. A dúvida estava relacionada ao fato que, se a evasão traduzia a saída do indivíduo do sistema escolar, e, de fato num dado momento ele era expurgado, o estar fora ocorria em decorrência de um processo longo que não se relacionava à escolhas, mas às condições objetivas de permanência, isso explica porque muitos que estavam fora continuavam perseguindo o retorno ao espaço educacional. Por sua vez, a repetência não implicava a saída do sujeito, ainda que estivesse entre

as razões para essa condição, de forma que o fenômeno em estudo demanda ser analisado como processo mais amplo de precarização da inserção escolar identificando-a como uma inserção subordinada.

Pelo caráter processual essa inserção subordinada ao sistema passa a ser, por mim nomeada de processos excludentes da escola, abortando o conceito inicial de exclusão utilizado em minhas elaborações teóricas, pois observo que o conceito exclusão quando alçado à condição de conceito geral, promove o esvaziamento do conteúdo ao qual se refere, ainda que tenha assumido grande relevância nas discussões contemporâneas.

A construção do conceito “processos excludentes” é antecedida por uma reflexão teórica em que procuro dialogar com autores que abordam a questão da exclusão social a partir de diferentes perspectivas, mas esta análise é realizada mirando a realidade da educação brasileira.

Do confronto das diferentes perspectivas deparei que, o conceito de exclusão social termina por se referir às mais variadas realidades, às vezes de caráter contraditório, outras vezes é utilizado como substitutivo de conceitos históricos, entendidos como ultrapassados na discussão hodierna, tais como os conceitos de pobreza, marginalidade, desigualdade etc. ou ainda por modismos. Alguns o utilizam porque tem se constituído em termo recorrente e, nesse sentido, automatizam o seu uso na expectativa de se colocarem em acordo com o vocabulário da época, ou seja, não procuram localizá-lo histórica e socialmente.

As principais críticas relativas à amplitude⁴ desse conceito acusam-no de se referir às mais diferentes manifestações relacionadas a grupos sociais que não possuem nem a mesma origem, nem a mesma natureza. Manifestações essas que são decorrentes de uma posição de desvantagem que perpassa desde a esfera econômico-produtiva (desemprego) até a esfera sociocultural (estigmas, discriminações), por isso, o termo é acusado de não ser capaz de situar a quem se destina. Escorel (1998) destaca que, ao “designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito”, o termo exclusão acaba por não definir nada.

3 Este foi o período utilizado para o desenvolvimento de minha pesquisa de doutoramento (2004-2008), cuja defesa ocorreu no início de 2009 e a publicação em 2012.

4 Nesta perspectiva situam-se autores como Escorel (1998), Martins (1997;2002), Castel (1998), dentre outros.

Nessa mesma perspectiva, Martins (1997/2002) indica que a categoria exclusão resulta de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Para ele, mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea, por isso, afirma que “excluído” é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: “não há possibilidade histórica, nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação”.

Confirmando a diversidade de compreensões que o conceito suscita, nesta incursão teórica, identifiquei autores como Sawaia (2001), que admite a imprecisão e a dubiedade conceitual, entretanto, a despeito dessas limitações, reconhece a importância desse conceito e, por isso, opta por aprimorá-lo, procurando explicitar as ambigüidades internalizadas, entendendo que estas ambigüidades “não revelam erro ou imprecisão, mas a complexidade e contradição que constituem o processo de exclusão social” (SAWAIA, 2001, p.7).

Em relação ao momento histórico em que esse termo surge, a polêmica que se estabelece diz respeito, por um lado, à concepção de que a exclusão simboliza o atual contexto social; é, portanto, uma questão nova e própria da sociedade do final do século XX. Outros a entendem como uma nova forma de manifestação da questão social, que tem características específicas da conjuntura vigente, porém, com raízes fundadas num processo histórico que vem se desenvolvendo desde o início da industrialização.

No primeiro grupo, encontram-se autores como François-Xavier Merrien, para quem a exclusão social é um termo instituído na França para representar as novas formas de desigualdades manifestas a partir da crise do Estado de Bem-Estar Social, afirmação reiterada por Jacques Donzelot, que relaciona o conceito de exclusão à obra de René Lenoir de 1974⁵, quando este o utiliza para se referir aos “esquecidos do progresso”. Essas novas formas de manifestação da desigualdade, pela peculiaridade de suas características, passam a ser associadas a uma “nova questão social”.

Nessa perspectiva, o termo exclusão é alçado à condição de categoria central de um novo modelo de interpretação do mundo, de um novo paradigma que confronta o paradigma das classes sociais. Alain Touraine preconiza que, na atual sociedade pós-industrial, o conceito de classes sociais se encontra superado tendo em vista que na “nova sociedade” a relação não ocorre mais de forma vertical (*up/down*), mas, de forma horizontal (*in/out*). Para ele “a questão não é hoje ser *up or down*, mas, *in or out*: os que não são *in* querem sê-lo; de outro modo, eles estão no vazio social. Não há mais modelo alternativo, aquele que tudo revoluciona” (1991,p.8 *apud* OLIVEIRA, A., 2004,p.19).

No segundo campo estão aqueles que compartilham da compreensão de que a exclusão está diretamente vinculada ao surgimento da sociedade moderna e ao sistema político e econômico que rege esta sociedade, tendo em vista que, na maior parte das sociedades antigas, a exclusão não se constituía num problema. Ali, como afirma Nascimento (1994, p.2), ela “encontrava-se inscrita na própria estrutura social”, o excluído era parte do cenário, a exclusão era naturalizada nas relações sociais. Os protagonistas dessa concepção ancoram seus argumentos na contradição que ocorre entre os princípios disseminados pela doutrina liberal e a forma como estes se materializam no cotidiano social.

Em acordo com a doutrina liberal, a sociedade moderna seria erigida sobre os pilares da liberdade e da igualdade entre os homens, nesse sentido, a nova sociedade promoveria uma ruptura com a velha tese de naturalização da exclusão social. Por isso, ao se revelar marcadamente desigual, essa sociedade rompe com seu fundamento primeiro, nega aquilo que em tese constitui a sua essência. Os argumentos que sintonizam a exclusão aos fatores relativos às diferenças, associados às consequentes desigualdades provenientes a partir deles, tornam-se insustentáveis quando o universo de desiguais apresenta-se substancialmente maior que o dos iguais. A sociedade que se anuncia “movida pela lógica da integração social, vocacionada ao universal” (NASCIMENTO,1994, p.2) vê fragilizar os argumentos utilizados para explicar a existência de desigualdades que se agudizam cada vez mais.

5 LENOIR, François. Les Exclus, un Français sur dix.

Nesse sentido, depreende-se que os processos recorrentemente identificados como exclusão social são inerentes à lógica do capital que a tudo “desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, sua própria lógica” (MARTINS, J. 1997, p.32), ou seja, essa é uma necessidade do sistema e, por isso, torna-se inviável o uso do termo exclusão quando esse significa ação ou efeito de excluir, exceção, porque o que de fato ocorre é uma inclusão precária, é uma inclusão que pode se dar na esfera do econômico, mas não ocorre do ponto de vista moral, ético e político.

Segundo Oliveira (1997), o conceito “excluídos” se constrói em oposição à visão antidualista⁶. Assim, a questão não se concentra em concordar que a produção da pobreza e da miséria é parte do sistema econômico, mas em admitir que esses miseráveis são necessários ao processo macroeconômico de acumulação capitalista. Portanto, se as realidades identificadas são resultantes das contradições advindas desse sistema, não há porque se falar em exclusão ou excluído, tendo em vista que todos estão inseridos, ainda que, em condições adversas.

Assumir o conceito de exclusão seria negar a concepção de classes sociais presente nas relações sociais capitalistas. Isto é, ocorreria uma sobreposição dos “excluídos” aos trabalhadores (operários), negando-se o protagonismo dessa classe social. O excluído “é produto e expressão, não é contradição constitutiva” (MARTINS, J., 1997), portanto, não visa à transformação da sociedade, mas objetiva a inserção social no sistema vigente. “Excluído” e “operário” (trabalhadores) são categorias que se opõem.

Segundo Martins, o operário está incluído – isto é, ele não só produz e se reproduz no processo de reprodução ampliada do capital, mas se apropria desigualmente da riqueza criada – ele é o agente não só da produção da mais-valia, mas também, produto e expressão da realização desigual da riqueza criada e, portanto, da mais-valia, do modo como a mais-valia se realiza (1997, p.32). Destaca também que o desempregado e o lumpen, os miseráveis, na teoria clássica apareciam como um problema, um obstáculo ao processo de libertação do homem e de

transformação social. São categorias que, por estarem excluídas do núcleo de criação da realidade social, não têm condições de interferir ativamente na dinâmica social.

A partir dessas diversas argumentações e na expectativa de manter a coerência teórico-metodológica na pesquisa que realizava, compreendi que a expressão a ser utilizada para as análises que me propunha para traduzir as realidades comumente identificadas pela expressão “exclusão social” era “processos excludentes”.

O sistema educacional reproduz na escola os processos excludentes evidenciados na sociedade. Isso explica porque, nesse contexto, pode se identificar desde aqueles a quem foi negado o acesso à escola, como ao contingente que adentra ao espaço escolar em condições fragilizadas e que por isso mesmo ou ali não permanecem, ou quando isso ocorre o fazem em condições adversas a sua formação cidadã. Ou seja, encontram-se inscritos no processo educativo de forma explicitamente mais desvantajosa que os demais. Desvantagem essa consolidada pela introdução, por meio do poder público, de uma estrutura dual de escola. Uma dualidade que não se explicita somente pela presença de uma escola privada e de uma escola estatal, mas também, pela diferenciação principalmente de ordem estrutural e da organização pedagógica das escolas, mesmo as que compõem os sistemas públicos de ensino. Interessa destacar que a diferença nas condições estruturais, em geral, provoca reflexos significativos nas questões pedagógicas se constituindo diferencial de qualidade claramente favorável às classes mais abastadas da sociedade. Segundo Luft (2000, p. 119), “a educação escolar desde a sua origem foi um dos instrumentos-chave utilizados para naturalizar a sociedade de classes” isto ajuda a entender porque a escola destinada à classe dominante é diferente daquela destinada à classe trabalhadora.

Nesse sentido, os processos excludentes da escola devem ser apreendidos como movimentos necessários à lógica do sistema do capital, que se solidificam quando perpetuam, na escola, as péssimas condições de trabalho, as precárias condições de infraestrutura, caracterizando aquilo que é reconhecido na literatura como escolas despossuídas, e também quando fomentam currículos desassociados da realidade. Estes fatores potencializam as condições que culminam na repetência e evasão escolar.

6 Luciano Oliveira (1997) se refere em seu trabalho “Os excluídos existem?” à construção desenvolvida por Francisco de Oliveira, 1981.

São, portanto, processos excludentes instituídos e instituintes das condições adversas à construção de uma educação verdadeiramente democrática.

As análises teóricas até aqui realizadas remetem à compreensão de que a construção histórica do conceito de exclusão escolar percorreu caminhos similares ao da exclusão social, dos recortes descontextualizados de realidade, da ausência de tematização e dos modismos que também permearam os debates acadêmicos acerca desta questão. De acordo com Oliveira,

sem afrontar a lógica do sistema do capital, só temos conseguido operar com o conceito exclusão colocando como horizonte a inclusão. Mas isto não é mais do que a negação imediata, que apenas reafirma a afirmação pois, em termos práticos, a inclusão do excluído é sua integração à lógica do princípio sintético, à lógica do capital. Em suma, é a negação da negação que precisa ser construída, como alternativa teórico-prática capaz de compreender e superar a exclusão e a inclusão. Somente no interior desta compreensão mais ampla é que pode ter valor analítico o conceito exclusão (OLIVEIRA, A., 2002, p.198).

Torna-se, pois, fundamental situar a escola como espaço social permeado por múltiplas determinações; faz-se necessário examinar o fenômeno para além das dimensões relacionadas ao ingresso ou à mera permanência na escola. Ingresso e permanência desqualificada precisam ser situados na estrutura da sociedade de classes que, dialeticamente, exige uma “inclusão subordinada”, necessária à lógica do capital.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei 13415. Institui a reforma do ensino médio. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm
2. BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017
3. CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. RJ:Vozes,1998.Trad:Iraci D Poleti.
4. ESCOREL, S.Vidas só léu:uma etnografia da exclusão social. 2998.290 f. (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia. UnB. Brasília.
5. FÓRUM Nacional Popular de Educação (FNPE). Proposta Documento Base Plano de Lutas. In: CONAPE, 2018, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FNPE, 2018b. P.1-15. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/proposta_documento_base_plano_de_lutas_final_apreciacao_pleno-22-05-2018.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018. [Links]
6. FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. RJ:Paz e Terra, 1980.
7. LUFT, H.M. O paradoxal papel da escola : prometer incluir, excluindo. IM: BONETI,L.W. Educação, exclusão e cidadania. Ijuí:Ed.Unijui,2000.
8. MARTINS, J.S. Exclusão Social e a nova desigualdade. SP:Paulus ,1997.
9. NASCIMENTO, E. P. Exclusão social: as múltiplas dimensões do fenômeno . Brasília: UnB,1994.(Série sociológica,n. 111)
10. PAIVA, O.A.F de. Contradições dos programas de transferência de renda no campo da educação: suavizando efeitos da barbárie capitalista ou enfrentando a lógica deste mesmo sistema? Brasília: Líber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília,2012.
11. SANTOS, E; TAVARES,M. Desafios históricos da inclusão : características institucionais de duas novas universidades federais brasileiras. Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais,v.24,n.62,maio,2016. Disponível em :<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?Avesadoemdez:2019>
12. SAVIANI, D. Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo. SP:Autores Associados,1994.
13. SAVIANI, D. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Sec. XVI, CVII E XVIII. (mimeografado)



Olgamir Amancia Ferreira de Paiva

Doutora e Mestre em Educação pela UnB

Professora da UnB - FUP

Decana de Extensão da UnB

Coordenadora do Colégio de Extensão da Andifes - COEX/ANDIFES

Professora aposentada da SEE/DF

Membro da direção nacional da União Brasileira de Mulheres - UBM

Representante da UBM no Fórum Nacional Popular de Educação -FNPE

Libertadoras da América

Foto: Verónica Virga

Feministas da Argentina viram a mesa nas urnas e estão garantindo a implantação de uma política mais justa e igual para todos

Em outubro de 2019, mais de 500 mil feministas de toda a América Latina, e de outras partes do mundo, participaram do 34º Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Travestis, Pessoas Trans e Não Binárias, na cidade argentina de La Plata, na província de Buenos Aires. A maior edição do evento, em mais de três décadas de história, reuniu diversos grupos de diferentes movimentos feministas e acabou tendo um papel fundamental no resultado das eleições naquele país. Nas urnas, argentinas e argentinos disseram não ao governo neoliberal de Mauricio Macri e elegeram a chapa de esquerda encabeçada por Alberto Fernández.

“Nesse período, em que a primeira greve geral contra o governo foi convocada pelo movimento de mulheres, o feminismo assumiu a liderança na construção da unidade necessária para enfrentar o neoliberalismo”, explica Yamille Socolovsky, da Central de Trabalhadoras da Argentina (CTA). Para ela, os movimentos feministas ocuparam um papel importante para o resultado das eleições. “Tornou visível o impacto destrutivo desse programa nos setores populares, e particularmente em mulheres e LGBTs, incentivou as jovens a se envolverem em ações políticas, permitindo que novas líderes fossem socialmente referenciadas”, completa.

“Este encontro é como um parâmetro para avaliar o que acontece no cenário político de nosso país”, afirma Laura Viviana Zoraya Mata, do Coletivo Feminista Abolicionista Somos Todos Andrea (nome que faz referência à Andrea López, uma jovem que foi assassinada pelo marido). “Os últimos quatro anos foram de feminização da pobreza e de reveses nos direitos: uma mulher é assassinada a cada 27 horas na Argentina por violência sexista; há uma morte a cada 96 horas de um transexual, mulheres com menos de 30 anos estão desempregadas em 23% e as que trabalham recebem em média 27% menos que homens”, enumera.

Impactos na comunidade LGBTQs

Para Érika Noely Moreno, da Rede Diversa Positiva – entidade que há 35 anos trabalha na Argentina pelos direitos das pessoas com HIV e da comunidade de travestis e transexuais – os impactos das políticas neoliberais para essa comunidade foram muito severos, mas houve união e resistência: “Enfrentamos os obstáculos e conseguimos sustentar nossas leis e direitos”, explica Érika. “Conseguimos obter uma identificação não binária, além de cuidados de saúde com atenção hormonal. Ainda há muito trabalho, mas vamos conseguir esses direitos juntos”, afirma.

Nem uma a menos

Judith Said, da Rede Federal de Mulheres (RFM), relembra que no dia 8 de março de 2017 aconteceu a greve internacional das mulheres, que promoveu o #NiUnaMenos (Nem uma a menos): “Mais de um milhão de pessoas se mobilizaram, em todo o território nacional, para rejeitar políticas neoliberais, a criminalização de protestos, defender o aborto legal, o fim da violência e trabalho decente para todos. Esse movimento cresce em número e em sua composição social em todo o país e com um forte conteúdo político. Sem dúvida esse movimento teve sua marca nas últimas eleições”.

Legalização do aborto

Tema considerado tabu no Brasil, na Argentina a onda dos Lenços Verdes (símbolo do aborto legal) se manteve firme, mesmo em época de eleições. Desde candidato, o presidente Alberto Fernández se pronunciou claramente a favor da legalização do aborto, considerando-o uma questão de saúde pública, justiça social e respeito à autonomia. Yamille Socolovsky destaca: “Ele constituiu, pela primeira vez, um Ministério Nacional da Mulher, Gênero e Diversidade. Além disso, na província de Buenos Aires, nosso governador Axel Kicillof criou um ministério semelhante e convocou



Protesto em defesa dos direitos das pessoas LGBTQs

Foto: Guillermo Agüero



Jovens feministas garantiram unidade necessária para assegurar a virada política

Estela Díaz, secretária de gênero do CTA-T para organizá-lo e conduzi-lo. Para nós, é uma conquista coletiva que nos traz muita alegria e esperança. É um sinal do que já alcançamos e do quanto ainda podemos alcançar”, comemora.

A pesquisadora Noelia Gómez, do Coletivo de Filósofas Feministas, da Universidade Nacional de La Plata, pondera que, embora seja um gesto político enorme do atual presidente da Argentina, esse é o resultado dos movimentos de mulheres e dissidentes sexuais, que estão nas ruas e que integraram a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Livre, iniciada no anos 1990. “O Presidente declarou, em 31 de dezembro, que o Poder Executivo vai fazer com que o projeto de descriminalização do aborto seja tratado em 2020 no Congresso Nacional. Essa linha foi reforçada com a nomeação do Ministro da Saúde, Ginés García González que, nos primeiros dias, anunciou o novo protocolo de Interrupção Legal da Gravidez”.

Mulheres do Brasil

Na avaliação de Angela Albino, Secretária Nacional de Relações Institucionais da União Brasileira de Mulheres (UBM), o movimento de mulheres tem se mostrado, no mundo todo, mas em especial na América Latina, como uma força capaz de congregiar pessoas de todas os matizes em defesa da Democracia e contra os retrocessos impostos pelas agendas ultra neoliberais, que vicejam em vários países. “As mulheres argentinas garantiram uma importante vitória, não apenas para seu país, mas para toda a América

Latina, legando para todas nós um sopro de esperança, a lembrança de que vale a pena lutar”, destaca Angela. “O movimento de mulheres argentinas tem muitas cores e nuances, mas souberam garantir a unidade, no momento em que foi necessária, para assegurar a virada política, com forte protagonismo das jovens feministas. Este, talvez, seja seu principal recado: preservar nossas diferenças, mas assegurar que a unidade será possível em torno de garantir a Democracia e nossos direitos”, completa a secretária.



Mulheres protestam "Nenhuma a menos", em referência aos casos de violências contra mulheres



Foto: Marcelo Casal Jr - ABr

A nova onda da **precarização**

MP criada pelo Governo Federal abre postos de trabalho, mas retira os direitos dos novos trabalhadores



A crise no mercado de trabalho, no Brasil, atinge

11,6 milhões de pessoas

Fonte: IBGE

Foto: Shutterstock

Criado pela Medida Provisória (MP) 905, o Contrato Verde e Amarelo deixa de cumprir mais de 86 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e mexe com os pagamentos de férias, décimo-terceiro salário e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores que irão assinar a carteira pela primeira vez. A nova modalidade é destinada a contratação de jovens, com idades entre 18 e 29 anos, que receberão até um salário mínimo e meio, ou R\$ 1.497, pelo prazo de, no máximo, dois anos.

O governo diz que pretende estimular a criação de novos postos de trabalho para os jovens que buscam a inserção no mercado ou o primeiro emprego, os trabalhadores desempregados cadastrados no banco de dados do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e todos os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Mas, na prática não é bem assim. Segundo nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), além de não criar os postos esperados, a nova modalidade “desonera as empresas e onera os desempregados com o pagamento da contribuição previdenciária para aqueles que acessarem o seguro-desemprego”. Na avaliação da entidade, o Contrato Verde e Amarelo tem potencial

para aumentar o desemprego e a precarização, num cenário em que a crise no mercado de trabalho, no Brasil, atinge 11,3 milhões de pessoas.

De acordo com Estudo realizado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, o Governo Federal vai arrecadar mais que o custo total que terá com o programa que cria o Contrato Verde e Amarelo. O levantamento do IFI mostra que a arrecadação com taxa de seguro-desemprego vai gerar uma receita, tirada do bolso do trabalhador desempregado, maior do que o custo total do Programa Verde Amarelo.

Segundo os cálculos da IFI a receita com a contribuição previdenciária cobrada sobre o valor do seguro-desemprego pode chegar a R\$ 12,7 bilhões até 2024. Em contrapartida, a estimativa de custo do programa, considerando as isenções, é de R\$ 11,3 bilhões, caso a meta de 1,8 milhão de empregos seja alcançada.

A renúncia fiscal, prevista na MP, libera os empregadores de pagar aproximadamente 34% em diversos impostos, para os empregados do Sistema Verde Amarelo: deixam de pagar, por exemplo, a contribuição patronal de 20% para a Previdência Social, as alíquotas do Sistema S e do salário-educação, além da alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que cai de 8% para 2%.

Confira os principais pontos da Carteira Verde-amarela:

1. **Faixa etária:** o candidato deve ter idade entre 18 e 29 anos.
2. **Remuneração:** o salário-base deve ser equivalente a até 1,5 salário mínimo.
3. **Pagamento:** o acerto do salário mensal deve incluir o valor das férias proporcionais, acrescidas de 1/3 constitucional e a parcela do 13º salário.
4. **FGTS:** existe a possibilidade de negociação do adiantamento de metade da indenização da multa do FGTS a ser paga mensalmente.
5. **Duração:** o contrato deverá ter duração máxima de 24 meses.
6. **Vagas:** servem apenas para novos postos de trabalho.
7. **Limite de vagas:** a nova modalidade não pode superar 20% do total de postos de trabalho da empresa.
8. **Experiência:** não pode ter registro de emprego anterior. Vínculos como Jovem Aprendiz, Contrato de Experiência, Trabalho Intermitente ou Trabalho Avulso não são considerados como primeiro emprego.
9. **Folgas:** a liberação para trabalho aos domingos e feriados ocorre sem pagamento em dobro. Será pago apenas se o trabalhador não folgar ao longo da semana.
10. **Rescisão:** a multa do FGTS cai pela metade – de 40% para 20%.
11. **Seguro desemprego:** o trabalhador terá direito ao seguro desemprego, mas terá que pagar uma contribuição que varia de 7,5% a 11%.
12. **INSS:** é desonerado, ou seja, a empresa deixa de pagar 20% sobre o salário do funcionário.



Foto: Leticia Verdi

Impacto da Reforma da Previdência para as trabalhadoras em educação

A Proposta de Emenda Constitucional nº 6/2019 — Reforma da Previdência — aprovada em 2019 não atende as demandas do magistério, e as professoras serão as mais prejudicadas. A idade para a aposentadoria das docentes (mulheres) no serviço público federal e na média para quem leciona em regime celetista (INSS) aumentará 7 anos, e o tempo de contribuição, 15 anos. As mulheres compõem 80% da categoria do magistério de nível básico no país.

A Reforma praticamente acaba com a aposentadoria especial do magistério, pois os professores e as professoras terão que contribuir por

40 anos (com exceção das filiadas ao INSS) para terem acesso a 100% do salário de contribuição que se alcançava aos 25 anos para as mulheres e aos 30 anos para os homens.

As principais mudanças são o rebaixamento dos valores das aposentadorias e pensões e o aumento do tempo de contribuição. Até então, todos os segurados do INSS podiam ingressar com pedido de aposentadoria a partir do 15º ano contributivo. E a aposentadoria era equivalente a 70% dos maiores salários de contribuição. Com a reforma, apenas as mulheres do INSS manterão o direito à aposentadoria aos 15 anos de contribuição, porém

CrITÉRIOS

Idade

Tempo de contribuição*

os proventos serão equivalentes a 60% de todo o período contributivo. Para alcançar 100% da média de proventos (à luz da nova regra da PEC 6/2019), a mulher segurada do RGPS/INSS terá que contribuir por 35 anos e os homens por 40 anos.

Luta - A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) promoveu debates em todo país pressionando parlamentares. Em audiência pública no Senado,

a secretária de assuntos previdenciários da CNTE Selene Michielin defendeu a aposentadoria especial do magistério: “Quando as mulheres se aposentam ou mesmo antes, são elas que cuidam das crianças e dos idosos, que vão fazer o papel que o Estado deveria fazer. Portanto, a aposentadoria é especial porque o trabalho é especial. Não podemos tratar diferentes como iguais”, enfatizou.

PEC Paralela – O Senado já aprovou e a Câmara dos Deputados está prestes a aprovar a PEC 133/19, que estende automaticamente todas as regras da Emenda 103, oriunda da PEC 6/19, para os servidores públicos filiados a regimes próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Mesmo antes da referida PEC estar valendo, alguns governadores e prefeitos já enviaram projetos de lei aos parlamentos locais para antecipar a validade das novas regras do governo Bolsonaro. Isso é bastante prejudicial para os servidores públicos estaduais e municipais, pois a PEC 133 prevê flexibilizar e adiar algumas medidas prejudiciais draconianas da Emenda 103. A CNTE continuará mobilizada contra a Reforma da Previdência.



Foto: Arquivo CNTE

Na Câmara dos Deputados, CNTE protesta contra a reforma da previdência

Regras para a aposentadoria de professores/as da educação básica em efetivo exercício

REGRAS ANTES DA EMENDA 103/19				REGRAS PÓS REFORMA (ATUAIS)			
Regime do INSS		Servidores Públicos		Regime do INSS		Servidores Públicos	
Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Não exige	Não exige	50 anos	55 anos	57 anos	60 anos	57 anos	60 anos
25 anos	30 anos	25 anos	30 anos	35 anos	40 anos	40 anos	40 anos

* Tempo exigido para alcançar os maiores benefícios de aposentadoria nos regimes próprios de Previdência (serviço público) e INSS.



Foto: Aaron-Schwartz/Shutterstock



A JOVEM GUARDA DO PLANETA

*Crianças e jovens dão lição de consciência ambiental
e tomam as ruas do mundo por um futuro melhor*

Em 2019, o que mais chamou a atenção nas manifestações sobre o clima foi a participação e o protagonismo, cada vez maior, de crianças e jovens. O nome que mais marcou as manchetes pelo mundo foi o de Greta Thunberg, a ativista ambiental sueca, de 17 anos, que ficou conhecida por protestar fora do prédio do parlamento de seu país.

Em agosto de 2018, Greta faltava aula para exigir dos políticos da Suécia mais ações para minimizar as mudanças climáticas. Depois disso, estudantes de outras comunidades se organizaram em protestos semelhantes ao dela, batizando o movimento de “Fridays for Future”. Em dezembro de 2019, a jovem foi considerada Personalidade do Ano pela revista norte-americana *Time*.

No Brasil, duas jovens ativistas se destacaram: Nayara Almeida e Catarina Lorenzo.

Nayara, ou “Garota da Echarpe Climática”, como é chamada pelos amigos, tem 21 anos, é bióloga, mora no Rio de Janeiro e participa do projeto *Engajamundo*. A jovem é uma entre 1,5 milhão de pessoas que foram às ruas, em mais de 100 países, em setembro de 2019, em uma imensa marcha pelo clima e a salvação do Planeta.

“No dia 20, eu estava em Brasília (DF) e fizemos muito barulho por lá. Eu vi muita gente de diferentes lugares se unindo a nós”, comenta Nayara. “Foram meses de preparação das, pelo menos, 65 greves ao redor do Brasil, dando orientação, fundando novos núcleos do *Fridays For Future*, fornecendo material científico, compartilhando as ideias”, enumera a jovem ativista.



Foto: Arquivo pessoal

Nayara Almeida aposta em ações locais para interromper o aumento da temperatura do Planeta



Foto: Shutterstock

Para Nayara, a participação nessa luta tem que ser de todos, mas os jovens estão protagonizando essa agenda há um bom tempo. “Nós somos um potencial e, por essência, temos o gás extra que nossos tomadores de decisão, por exemplo, não têm”, constata. “Somos ousados, criativos e temos um norte muito bem definido, pautado na ciência: precisamos parar o aumento da temperatura do Planeta e sabemos quando queremos: Agora. Colocamos a mão na massa sem medo de ousar e estamos pressionando para que o processo de tomada de decisão, do nosso futuro, inclua as pessoas, para que elas possam usar sua voz e decidir que planeta elas querem viver”, completa.

Pensando no futuro, Nayara faz um apelo. “A gente precisa se unir ainda mais, reconhecer nossas realidades e, a partir delas, agir. Da onde



Jovens lembram que nós só temos um planeta — se a temperatura aumentar não há para onde fugir

“você está; com quem está ao seu redor; com o que você tem. O que não dá é para ficar parado”, complementa a “garota da echarpe climática”.

Com apenas 12 anos, a surfista baiana Catarina Lorenzo marcou presença em um dos maiores protestos pelo clima na história e assinou uma denúncia contra Brasil, Alemanha, Argentina, França e Turquia, no Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. A ação foi apresentada em Nova Iorque, em

23 de setembro de 2019. Segundo a acusação, esses países estariam violando os direitos humanos ao desrespeitarem acordos e não adotarem políticas adequadas sobre as mudanças climáticas.

“Foi uma das melhores experiências da minha vida”, comemora Catarina. “Fiquei muito feliz de ver tantos jovens, não só em Nova Iorque, mas dos outros lugares do mundo, lutando pelo seu direito de ter um futuro e pelo planeta Terra”,

ênfatiza a surfista. Ela se juntou à petição com a ajuda da entidade *Heirs To Our Oceans*, que havia descoberto a jovem por meio de uma amiga na Califórnia.

“Durante um treino em uma piscina natural cheia de corais, em Maraú (BA), percebi que o maior coral que tinha ali estava cheio de pontinhos brancos, e isso significa que estava morto”, conta a baiana. “Também percebi que a água estava muito quente perto da superfície. Mergulhei e toquei a areia, na tentativa de fazer a água esfriar. Só que a areia também estava quente. Não aguentei a temperatura e saí da água. Não me senti bem. Fiquei sem entender o que estava acontecendo e como os peixes, corais e outros seres vivos iriam sobreviver lá. Um tempo depois, comentei com uma amiga que mora na Califórnia (EUA) e disse a ela que tínhamos que ajudar os corais. Ela contou o que havia acontecido comigo, para algumas pessoas que participavam de um grupo que cuida dos oceanos, e minha história foi indicada para ser contada na ONU”, lembra a adolescente.

Na opinião de Catarina, crianças e adolescentes, como ela, pagarão pelos problemas que os adultos criaram no passado e continuam criando no presente. “Nós temos que participar dessa luta, porque somos nós que estaremos no futuro para pagar as consequências dos atos do presente. Para aqueles que ainda não estão agindo, eu só peço que comecem agora, porque o tempo de agir, daqui a pouco, vai se esgotar”, assevera a pequena surfista.

Criatividade para parar o aumento da temperatura do planeta





Foto: Ascom/Instituto Federal Sertão Pernambuco

PROFESSORAS INDÍGENAS - UMA LIÇÃO PARA ALÉM DAS SALAS DE AULA

Material didático específico, formação continuada, carreira, ensino bilíngue, transporte e apoio logístico são algumas das demandas da educação indígena no Brasil

De acordo com o Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC), em 2015, pouco mais da metade das escolas indígenas (53,5%) têm material didático específico para o grupo étnico. O III Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, realizado em 2017, com 29 povos indígenas de 17 estados da federação, denunciou que há precariedade na estrutura física das escolas: 58% não têm acesso à água tratada, 34% não possuem energia elétrica e 90% não contam com biblioteca ou acesso a outras fontes de informação, dentre outras demandas.

O III Fórum também alertou para a formação e estabilidade dos professores indígenas, dizendo que a maioria exerce trabalho temporário: dois estados e poucos municípios realizaram concurso público específico; dois terços do professorado ainda não têm formação específica; há corte de recursos para programas de formação inicial e continuada de professores, como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) e a Ação Saberes Indígenas na Escola, além da paralisação na implantação e funcionamento dos Territórios Etnoeducacionais.

A realidade pode ser contada no dia a dia da professora Elisa Urbano Ramos Pankararu. Moradora da Terra Indígena Pankararu, entre os municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá, em Pernambuco, ela conta que a maioria dos materiais didáticos

são produzidos pelo próprio MEC, e que o conteúdo específico é feito a partir da prática pedagógica e dentro das próprias aldeias: “Nós temos nos povos de Pernambuco um profissional chamado professora de arte e cultura indígena, que se articula com os demais professores, basicamente trabalha em sala de aula com produções de arte e histórias sobre o próprio povo, pela oralidade, canto e objetos identitários”.

No caso de Pernambuco, Elisa Pankararu explica que mais de 1.500 professores, de mais de 12 povos indígenas, estão construindo um currículo específico intercultural para as escolas: “O conjunto de professores e professoras indígenas, junto com as lideranças, têm refletido como deve ser a prática dessa educação escolar indígena e colocando no papel, servindo como base desses planos de aula, conteúdo e

disciplinas, que estão sendo aplicados nas aulas”, comenta a professora.

Formação e carreira - Com relação à formação, Elisa explica que existe a formação oferecida pelo governo e outra junto aos professores indígenas: “Considero que as melhores formações são as formações internas, que são conduzidas com a participação das lideranças”. Já em relação às contratações, a professora revela uma situação crítica: “Aqui, todos trabalham por contrato temporário — o concurso para esse público (indígena) até hoje não aconteceu”, assevera Elisa. “É preciso criar a categoria ‘professor indígena’, que não existe oficialmente, e abrir o concurso público, que é uma reivindicação do movimento indígena”, completa.

Para a professora Elisa, a importância da educação indígena vai além da sala de aula: “Não somos apenas profissionais das quatro paredes da escola. Nós somos uma espécie de liderança indígena”, decreta. “O primeiro viés importante é a terra, é o território; se está demarcado, se está homologado, situações de ameaça, de violência. Nós estamos preocupados com questões de saúde, ambientais e culturais”.

Ensino Superior - Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foram registradas, em 2018, 57.706 matrículas de estudantes indígenas no ensino superior, número que vêm crescendo nos últimos anos. Na avaliação da estudante da faculdade de Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Jéssica Tôrres, da etnia Maxakali, cada vez mais jovens e adultos buscam, no ensino superior, qualificação e forma de suprir as necessidades da comunidade, que são negligenciadas pelo governo. “Além da luta cotidiana e na linha de frente, existe a procura por essa outra forma de defesa. Pela luta territorial, pelo direito à cultura, ao acesso à informação, pela saúde e nas mais diversas áreas”, explica Jéssica.

Ensino especializado - A estudante maxakali, que é mais conhecida como Jé Hãmãgã, mora na zona rural e seu povo vive no nordeste de Minas. Ela conta que foi identificada como superdotada — que demanda um acompanhamento mais especializado — e relata que acreditava que a escola particular teria um ensino

melhor: “Na prática aprendemos que não. As escolas nunca foram próximas, professores não eram adequados e nem o conteúdo. Questões como a superdotação e a racialidade foram fatores que comprometeram meu aprendizado na escola. Foram momentos difíceis”, desabafa Jéssica.

Inclusão - Já na universidade, Jé Hãmãgã destaca que, além das barreiras para ingressar, há a questão da permanência: “Temos poucas políticas e as que existem estão sendo extintas ou diminuídas, a ponto de diversos indígenas abandonarem os estudos. Já somos quem mais custeia os próprios gastos na universidade, e somos também os que têm maior número de desistência de políticas de permanência. O racismo enraizado também é um fator que dificulta o período de estudos, como a mobilidade e o sentimento de não pertencimento àquela realidade e ambiente”, relata. “Acredito que a educação específica para indígenas não pode somente se limitar às aldeias, mas se estender as cidades rurais. Nós precisamos nos deslocar e nada mais justo que essa educação também seja inclusiva”, conclui a estudante.

Foto: Ascom/Instituto Federal Sertão Pernambuco

Ação Saberes Indígenas na Escola, é uma das capacitações oferecidas pelo Ministério da Educação – SECADI, em parceria com a Universidade Estadual da Bahia – UNEB Paulo Afonso; e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE campus Floresta.



Orgulho contra o preconceito

“Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar” - Nelson Mandela

Em mais de 70 países, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), ainda existem leis que criminalizam relações homossexuais e expressões de gênero, o que resulta na falta de acesso a seus direitos econômicos, sociais e culturais. Apenas um terço das nações conta com legislação para proteger indivíduos da discriminação por orientação sexual. No Brasil, 2019 foi um ano marcado por diversas mobilizações em defesa dos direitos LGBTQI+ e por algumas conquistas, como a criminalização da homofobia e da transfobia.

Com o lema: “Tire seu preconceito do caminho, vamos passar com nosso amor”, a Organização Não Governamental (ONG) Mães Pela Diversidade marcou presença em centenas de atos contra o ódio, a perseguição e a ignorância disseminada contra a população LGBTQI+. A coordenadora nacional da ONG, Majú Giorgi, mencionou um evento bem marcante para o grupo: “A nossa participação no Congresso Brasileiro de Pediatria, em São Paulo (SP), teve repercussão no país inteiro, pois fomos para dizer que a criança LGBT existe sim. No

dia seguinte, estávamos falando na Secretaria de Saúde de São Paulo e as coordenadoras da ONG, de vários estados, estavam sendo procuradas por pediatras. Foi incrível”, lembra Majú.

“Outra coisa sensacional é que, há algum tempo, somos chamados para palestrar em grandes empresas, escritórios de advocacia, startups e multinacionais como Bank of America, JP Morgan, PWH, Johnsons, Gerda e Gol”, acrescenta Majú. O grupo surgiu como contraponto a uma frase que Jair Bolsonaro disse em 2007, quando ainda era deputado



federal: “Nenhum pai e nenhuma mãe tem orgulho de ter um filho LGBT!”.

“Nascemos para chutar a porta do armário e gritar aos quatro ventos que temos um orgulho imenso por termos filhos honestos, trabalhadores, amorosos e imensamente injustiçados”, desabafa a coordenadora. “Nascemos para dizer que somos família sim, bem constituídas, que cumprem seus deveres, pagam imposto para o Estado brasileiro e vivem de acordo com a única coisa que nos une a Bolsonaro, a Constituição”, declara Majú.

Violência

A população LGBTQI+ brasileira é estimada em 20 milhões de pessoas, o que representa cerca de 10% da população nacional e o Brasil é considerado um dos países mais homofóbicos do mundo. Em 2018, foram registradas 420 mortes por homicídio ou suicídio decorrente

da discriminação. Em 2019, segundo relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia, a cada 20 horas uma pessoa LGBTQI+ é assassinada ou se mata vítima da LGBTfobia.

De acordo com a psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus, a população LGBTQI+ está como alvo principal da

política de violência estatal praticada pelo governo. “Tenho acompanhado um aumento nos casos de depressão, tentativa de suicídio e suicídio, não só na população LGBTQI+, como em pessoas de campo de esquerda e mulheres também”, explica Jaqueline, que também é professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

“O maior problema é lidar com os governantes que atuam nesta linha de um discurso agressivo e que defende a priorização de determinados aspectos econômicos em detrimento da garantia de direitos da população”, explica a psicóloga. “O governo não diz que quer certas pessoas [LGBTQI+] mortas, exterminadas, mas ele atua tirando recurso de conselhos e inviabilizando políticas públicas efetivas”, conclui Jaqueline.



Foto: Claudia Ferreira

*Jaqueline Gomes de Jesus:
População LGBTQI+ é alvo da
campanha estatal de violência*



Diretora trans em escola de Santa Catarina ►

Professora da rede estadual há 26 anos, Lodemar Luciano Schmitt – a Lode, acaba de ser eleita a primeira diretora trans de uma escola no município de Gaspar – em Santa Catarina. Querida por todos, ela recebeu 297 dos 433 votos para ganhar o cargo. Fizeram parte da votação funcionários, pais e até mesmo alunos, realidade que nos mostra como algumas instituições estão empenhadas em promover a igualdade. Uma verdadeira inspiração.



Foto: observatoriotg.bol.uol.com.br/Divulgação

◄ Claudia López se torna a primeira prefeita de Bogotá

Em seu discurso, Cláudia López prometeu uma administração focada na luta contra o “racismo, machismo e xenofobia”. A líder da esquerda defendeu o direito a protestos sociais, em clara alusão às manifestações dos últimos meses de 2019, contra as políticas de ajuste do presidente colombiano Iván Duque. López, que levou o pleito com 35,42% dos votos, é de origem popular, lésbica assumida, radical em assuntos ecológicos e sempre combateu a corrupção.



Foto: Reprodução/Divulgação

Profissionais da música criam 1º prêmio exclusivo às mulheres do segmento ►

A jornalista Claudia Assef, a produtora cultural Monique Dardenne e manager Fátima Pissarra deram vida ao prêmio WME Awards by Music2, uma iniciativa que visa valorizar e reconhecer o trabalho das mulheres no mundo da música. O prêmio sai do circuito Rio – São Paulo e coloca em destaque artistas do Brasil inteiro. A partir das escolhas das embaixadoras, o público pode votar em sua candidata favorita nas categorias destinadas ao voto popular. Já outras são exclusivas para o voto técnico.

◄ Filhas de quilombolas são capa da Marie Claire

De raiz quilombola, as gêmeas Yaci e Yara, no final do ano passado, estamparam sua primeira capa de grande relevância, para a revista Marie Claire. Na edição, elas vestiram coleções internacionais, falaram sobre inclusão e representatividade, além de suas trajetórias de vida. Com uma infância humilde, as modelos conviveram com a pobreza até a juventude. Quando adultas, sentiram a responsabilidade de lutar contra a dura realidade da mulher negra brasileira. Dentro da família, foram as primeiras mulheres a se formar na faculdade.

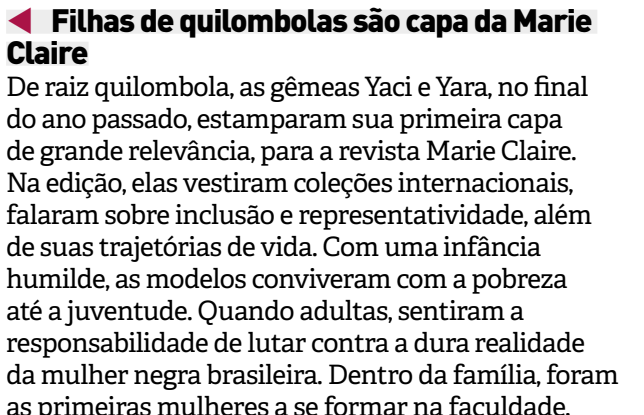


Foto: wikipedia.org/Toshlander



Foto: Divulgação/Helena Wolfenson



Sugestões de leitura

MULHERES INCRÍVEIS QUE MUDARAM O MUNDO (Editora Ciranda Cultural, 2019) - O livro conta os grandes feitos de mulheres que inspiraram e ainda inspiram o mundo, como Malala Yousafzai, Frida Kahlo, Anita Garibaldi e muitas outras.

FILHA DA MÃE (Editora ITmix, 2019) - O livro em quadrinhos, da jornalista e escritora Tinda Costa, fala sobre a violência doméstica e o feminicídio.

AMANHÃ VAI SER MAIOR (Editora Planeta, 2020) - A autora, Rosana Pinheiro-Machado, faz uma análise política e social do país, partindo das jornadas de junho de 2013, e dos grupos que foram se desenhando a partir de então, até chegar à eleição do presidente Jair Bolsonaro.

CAROLINA (Editora Veneta, 2016) - João Pinheiro e Sirlene Barbosa contam, nesta HQ, a história de Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de Despejo. Eles contam a infância pobre da escritora em Minas Gerais, sua vida sofrida em São Paulo, a fama, as ilusões, as decepções e o esquecimento.

POR QUE LUTAMOS?: UM LIVRO SOBRE AMOR E LIBERDADE (Editora Planeta, 2019) - Um livro sobre feminismo, com um olhar amoroso, acolhida generosa, entendimento de que este é um assunto de todos. Escrito em tom de conversa, a autora Manuela D'Ávila traz referências, sugere reflexões, desfaz o medo.

A CONVERSA SOBRE GÊNERO NA ESCOLA (Editora WAK, 2020) - A obra é um debate extensivo aos pais e aos profissionais que queiram se aprofundar nas questões jurídicas, raciais, de aplicação de conteúdo escolar sobre gênero, tema tão importante no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Séries

INACREDITÁVEL - OU "UNBELIEVABLE" (EUA, 2019) - Marie foi estuprada aos 18 anos de idade, mas, em vez de ser tratada como vítima de um crime violento e traumático, enfrentou acusações que poderiam ter sido puníveis com até um ano de prisão. Anos depois, duas investigadoras encaram casos assustadoramente parecidos e batalham para que as mulheres estupradas sejam tratadas com dignidade. O roteiro é baseado no livro Falsa acusação: Uma história verdadeira.

OLHOS QUE CONDENAM (EUA, 2019) - A minissérie retrata o caso de cinco jovens que foram injustamente acusados de um estupro no Central Park. Baseada em uma história real, a série foi criada e dirigida por Ava DuVernay.

Documentário

DEMOCRACIA EM VERTIGEM (Brasil, 2019) - Documentário político e memórias pessoais se misturam nesta análise sobre a ascensão e queda de Lula e Dilma Rousseff e a polarização a nação. A produção, com direção e roteiro de Petra Costa, está concorrendo ao Oscar 2020 na categoria "Melhor Documentário".

Filmes

MOONLIGHT - SOB A LUZ DO LUAR (EUA, 2017) - Um jovem tenta vencer na vida e deixar no passado as dificuldades e o preconceito por ter crescido pobre, negro e gay em um bairro perigoso. A produção foi vencedora de três Oscars: Melhor Filme, Melhor Roteiro Adaptado e Melhor Ator Coadjuvante.

MEU NOME É RAY (EUA, 2015) - Neste filme, o adolescente de 16 anos que um dia foi Ramona não vê a hora de começar o uso de testosterona para poder se libertar de um corpo feminino que o atormenta. Durante o processo ele precisa lidar com as percepções da mãe e da avó sobre sua transição.



Para que o jovem tenha um papel ativo, é necessário que a escola esteja aberta para formar grupos e dar espaço a debates. Confira as dicas para desenvolver jovens líderes em sua escola.



1. Deixe o aluno à vontade

Os jovens precisam se sentir livres para dar suas opiniões e participarem de decisões dentro e fora da escola. Para isso, é importante que os educadores criem ambientes confortáveis e confiáveis de diálogos.



2. Reduza as regras

Impor muitas regras pode deixá-los pouco à vontade. Crie um espaço no qual o aluno possa participar de cada decisão e onde as regras sejam pensadas em conjunto.



3. Dê espaço para ele pensar e agir

O protagonismo juvenil permite que o aluno consiga agir perante alguns problemas na escola e na comunidade escolar. É importante que ele mesmo perceba os problemas ao redor e ajude a pensar em possíveis soluções.



4. Faça reuniões

Forme grupos de trabalho, faça com que eles planejem suas ações e tracem um cronograma de atividades. Passar a responsabilidade aos alunos é uma ótima estratégia para garantir o protagonismo juvenil.



5. Apoio do educador é essencial

A ajuda do educador é fundamental para que todos sejam levados a sério pela escola e consigam melhores resultados. O trabalho em equipe e a relação amigável entre professor e aluno são dois itens importantes para um projeto de protagonismo juvenil.

Diretoria Executiva da CNTE
Gestão 2017/2021

PRESIDENTE

Heleno Araújo Filho (SINTEPE/PE)

VICE-PRESIDENTE

Marlei Fernandes (APP/PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (FETEMS/MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Leão (APEOESP/SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Gilmar Soares (SINTEP/MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Rui Oliveira (APLB/BA)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelii (SINTE/SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (SIND-UTE/MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Almeida (SINTESE/SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Selene Michielin (CPERS/RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Gabriel Pereira Cruz (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Francisca da Rocha (APEOESP/SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton da Silva (SINPEEM/SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam Filho (SINDIUPES/ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos do Prado (AFUSE/SP)

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

Iêda Leal (SINTEGO/GO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Cristina Guilherme (SINDIUTE/CE)

Edmilson Camargos (SAE/DF)

Girleene Lázaro da Silva (SINTEAL/AL)

Joaquim Juscelino Linhares (APEOC/CE)

José Valdivino de Moraes (APP/PR)

Luiz Carlos Paixão (APP/PR)

Luiz Veronezi (CPERS/RS)

Manoel Rodrigues (SINTERO/RO)

Odeni de Jesus da Silva (SINTE/PI)

Raimundo Oliveira (SINPROESEMMA/MA)

Rosana Souza do Nascimento (SINTEAC/AC)

Valéria Conceição da Silva (SINTEPE/PE)

COORDENADOR DO DESPE

Mário Sergio Ferreira de Souza (APP/PR)

COORDENADOR DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Valdeir Pereira (SINTEP/MT)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Alessandro Souza Carvalho (APEOC/CE)

Antônio Lisboa Amancio Vale (SINPRO/DF)

Carlos de Lima Furtado (SINTET/TO)

Dóris Regina Nogueira (SINTERG/RS)

Ionaldo Tomaz (SINTE/RN)

Isis Tavares (SINTEAM/AM)

Marco Antônio Soares (APEOESP/SP)

Maria Marleide Matias (SINTE/RN)

Marilene dos Santos Betros (APLB/BA)

Nelson Galvão (SINPEEM/SP)

Odisséia Carvalho (OPOSIÇÃO SEPE/RJ)

Veroni Salette Del Ré (APP/PR)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Antônia Benedita Costa (SINPROESEMMA/MA)

Edson Rodrigues Garcia (CPERS/RS)

Ivaneia de Souza Alves (SINSEPEAP/AP)

José Teixeira da Silva (SINTE/RN)

Ornilto Roberto de Souza (SINTER/RR)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Edivaldo Faustino da Costa (SINTEP/PB)

Fábio Henrique Matos (SINTE/PI)

Francisca Ribeiro da Silva (SINTE/PI)

Um útero é do tamanho de um punho

Um útero é do tamanho de um punho
num útero cabem cadeiras
todos os médicos couberam num
útero
o que não é pouco
uma pessoa já coube num útero
não cabe num punho
quero dizer, cabe
se a mão estiver aberta
o que não implica gênero
degeneração ou generosidade
ter alguém na palma da mão
conhecer como a palma da mão
conhecer os dois, um sobre a outra
quem pode dizer que conhece alguém
quem pode dizer que conhece a
degeneração
quem pode dizer que conhece a
generosidade
só alguém que sentiu tudo isso
no osso, o que é uma maneira de dizer
a não ser que esteja reumático
ou o osso esteja exposto

Um útero é do tamanho de um punho
Num útero cabem capelas
Cabem bancos hóstias crucifixos
Cabem padres de pau murcho
Cabem freiras de seios quietos
Cabem senhoras católicas
Que não usam contraceptivos
Cabem senhoras católicas
Militando diante das clínicas
Às 6h na cidade do México
E cabem seus maridos
Em casa dormindo
Cabem cabem
Sim cabem
E depois vão
Comprar pão

Repita comigo: eu tenho útero
Fica aqui
É do tamanho de um punho
Nunca apanhou sol

Um útero é do tamanho de um punho
Não pode dar soco

um útero é do tamanho de um punho
num útero cabem cadeiras
todos os médicos couberam num
útero
o que não é pouco
uma pessoa já coube num útero
não cabe num punho
quero dizer, cabe
se a mão estiver aberta
o que não implica gênero
degeneração ou generosidade
ter alguém na palma da mão
conhecer como a palma da mão
conhecer os dois, um sobre a outra
quem pode dizer que conhece alguém
quem pode dizer que conhece a
degeneração
quem pode dizer que conhece a
generosidade
só alguém que sentiu tudo isso
no osso, o que é uma maneira de dizer
a não ser que esteja reumático
ou o osso esteja exposto

im itiri i di timinhi di im pinhi
quem pode dizer tenho um útero
(o médico) quem pode dizer que
funciona (o médico)
i midici
o medo de que não funcione
para que serve um útero quando não
se fazem filhos

para quê

piri qui

se tenho peito tenho dois
o mesmo vale pros rins
tenho duas orelhas
minis i vincint vin gigh

piri qui

úteros famosos:
o útero de frida kahlo
o útero de golda meir
o útero de maria quitéria
o útero de alejandra pizarnik
o útero de hilary clinton
[o útero de diadorim]

kahlo na sala de espera
meir dos óvulos de ouro
quitéria de modess na guerra
pizarnik decerto tampax
clinton não tem medo
de espéculos na maca fria
[mas diadorim nunca foi ao
ginecologista]

um útero expulsa os óvulos
óbvios
vermelho =
tudo bem!
isti tidi bim
vici ni isti grividi

um útero é do tamanho de um punho
num útero cabem capelas
cabem bancos hóstias crucifixos
cabem padres de pau murcho
cabem freiras de seios quietos
cabem as senhoras católicas
que não usam contraceptivos
cabem as senhoras católicas
militando diante das clínicas
às 6h na cidade do México
e cabem seus maridos
em casa dormindo
cabem cabem
sim cabem
e depois vão
comprar pão

repita comigo: eu tenho um útero
fica aqui
é do tamanho de um punho
nunca apanhou sol

um útero é do tamanho de um punho
não pode dar soco

questões importantes:

movimentação da bolsa
sacas de soja

reservas de água

barris de petróleo

voltemos ao útero:

manha manha
pata de aranha
quem manda nas entranhas
de mamãe

tiru tiru
lero lero
_____ a-b-o-r-t-o-u
eu não posso

cana-de-açúcar
está na prisão
batatinha quando nasce
vai visitar

um tiro para o ar
e outro para o pé
a menina que namora
me deve um favor
um biscoito te dei
um biscoito pedi
quem pediu um biscoito
não está mais aqui

o caminho é longo
o cavalo é maduro
comerei deste cavalo
só se for no escuro

a cigana leu-te a sorte
disse que vais morrer
como é que leu a morte s
e ela não sabe ler

se a bunda fosse na frente
e os peitos fossem atrás
livros abundariam
pra instruir o rapaz

comprei doce à freira
lá em quiriquiqui
não tinha tiramissu
então mitiradaqui

matei a minha porquinha
lá na beira do rio
o pato que não era bobo
sumiu

a menina que não estuda
vai puxar carroça
a égua foi à escola
ficou do lado de fora

viní vidi vici
piri qui

prezadas senhoras, prezados
senhores,
excelentíssimo ministro, querida
rainha da festa da uva,
amigos ouvintes, brasileiros e
brasileiras:
apresento-lhes
o útero errante
o único
testado

aprovado
que não vai enganchar
nas escadas rolantes
nem nas esteiras
dos aeroportos
o único com passe livre nos estados
schengen

querida amiga, dicas para conservar
melhor o seu útero:
a gente nunca sabe quando vai
precisar
do nosso útero –
em repouso
é tão pequeno e precioso
por isso é bom mantê-lo
num lugar seguro
longe da luz
a uma temperatura
de 36 graus
se alguém insistir para vê-lo
diga: bem rapidinho
não faça barulho

caros alunos: hoje vamos dissecar
o útero daquela que foi
uma das maiores cantoras nacionais
como já devem saber
temos aqui, preservado em vinagre
num frasco de fruta em calda
o útero de carnem miranda
o útero de carnem miranda
o útero de carnem miranda
peguem as colheres
e as cremeiras
se necessitarem
usem babeiros
mas em nome da ciência
não sujem
os vestidos

apêndice:

alguns fatos que rimam sobre o útero:

o útero fica
entre o reto
e a bexiga

uma das extremidades
se abre na vagina
outra é conectada
às duas tubas uterinas

a camada basal
é o que sobra do endométrio
depois da menstruação

monossílabos empregados
em literatura sobre o útero:

um
dissílabos: feto, cérvix, pélvis, parto
trissílabos: útero, vagina, falópio
outros polissílabos: mamíferos,
mesométrio

a 36 graus
em ante-verso-flexão
i piri qui

Angélica Freitas

A poeta gaúcha é autora deste poema que dá nome ao livro "Um útero é do tamanho de um punho, escolhido pela Associação Paulista dos Críticos de Arte como o melhor livro de poesia de 2012